



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA: UM OLHAR SOBRE O
PAPEL FEMININO EM CAIANA DOS CRIoulos, ALAGOA
GRANDE, PB.**



João Pessoa, 09 de dezembro 2011

JUSSARA MANUELA SANTOS DE SANTANA

**Territorialidade Quilombola: um olhar sobre o papel feminino em
Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande, PB.**

Dissertação de Mestrado apresentada em cumprimento às exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal da Paraíba, como pré-requisito para a aquisição do título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Cidade e Campo: Espaço e Trabalho

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues

João Pessoa, 09 de dezembro de 2011

S232t *Santana, Jussara Manuela Santos de.*
 Territorialidade Quilombola: um olhar sobre o papel
 feminino em Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande, PB /
 Jussara Manuela Santos de Santana.-- João Pessoa,
 2011.
 92f. : il.
 Orientadora: Maria de Fátima Ferreira Rodrigues
 Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN
 1. Território (Geografia). 2. Território – comunidade
 de Caiana dos Crioulos – Alagoa Grande(PB). 3. *Práticas*
 culturais. 4. *Mulher e cultura.*

UFPB/BC

CDU: 913(043)

JUSSARA MANUELA SANTOS DE SANTANA

**Territorialidade Quilombola: um olhar sobre o papel feminino em
Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande, PB.**

Banca Examinadora

Prof^a. Dra. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues
(Orientadora - UFPB)

Prof. Dr. Alecsandro José Prudêncio Ratts
(Examinador Externo- UFG)

Prof^a. Dra. Maria Adailza Martins de Albuquerque
(Examinadora Interna - UFPB)

Prof^a. Dra. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo
(Examinadora Externa - Suplente - UFC)

**À minha mãe e irmãos, pela cumplicidade,
união, incentivo, apoio e compreensão para
concretização dos meus sonhos.**

AGRADECIMENTOS

Ao Deus criador, mantenedor, amigo, pai misericordioso, sempre presente em minha vida, pois sua presença e sabedoria guiaram-me em cada passo nessa jornada acadêmica. Minha gratidão e louvor.

A minha mãe, amiga e incentivadora, que desde a minha infância me apoiou na busca por meus sonhos, me ensinando a ser determinada e confiante em Deus para galgar cada conquista.

In memoriam, ao meu pai, que muito contribuiu e incentivou cada etapa de minha vida e proporcionou educação, carinho e apoio.

Aos meus irmãos, Florípes, Sara, Júlio e Cláudia; minhas sobrinhas queridas Joyce, Emanuelle e Estefany; amigos e tão solidários em minha trajetória acadêmica, o amor expresso em suas palavras e ações.

A minha orientadora, Maria de Fátima Ferreira Rodrigues, que com muita dedicação compartilhou seus conhecimentos comigo e através de suas orientações contribuiu bastante no meu desenvolvimento acadêmico.

Ao professor Alex Ratts, pelas contribuições realizadas durante o processo de construção dessa dissertação.

À Prof^a. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, por acompanhar minha trajetória acadêmica, como leitora dessa dissertação tecendo importantes contribuições.

À Prof^a. Maria Adailza Martins de Albuquerque, que gentilmente aceitou colaborar e participar da banca examinadora dessa dissertação.

A todos os professores do programa de Pós-Graduação do Mestrado em Geografia que cooperaram na minha trajetória acadêmica.

A secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Sônia Nascimento.

A todos os membros do GESTAR, em especial, a Diego, Manuel Júnior e Salomé,

A todos os colegas da turma do mestrado do ano 2008,

A Francimar da Silva, ao Luiz Zadra e a Maria Ester Fortes,

Aos membros da Comunidade de Caiana dos Crioulos, em me consentir participar da sua intimidade e do convívio com seus familiares, meus sinceros agradecimentos.

Não temas, porque eu sou contigo; não te assombres, porque eu sou teu Deus: eu te esforço, e te ajudo, e te sustento com a destra da minha justiça.
Isaías 41:10.

LISTA DE ABREVIATURAS

AACADE	Associação de Apoio a Assentamentos e Comunidades Afro-descentes da Paraíba
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
BAMIDELÊ	Organização de Mulheres Negras na Paraíba
EMATER	Empresa Brasileira em Qualidade de Extensão Rural
FCP	Fundação Cultural Palmares
FNP	Frente Negra Brasileira
FUNESC	Fundação Espaço Cultural da Paraíba
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Aplicada
MUCDR	Movimento Unificado Contra a Discriminação
NDIHR	Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNAD	Plano Nacional de Amostragem Domiciliar
PTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
TEM	Teatro Experimental do Negro
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNIFEM	Fundo Nacional das Nações Unidas para a Mulher
SEPM	Secretaria Especial de Políticas para a Mulher
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Mapa de localização da Comunidade remanescente de quilombo de Caiana dos Crioulos.....	17
FIGURA 2 - Visão parcial da disposição das casas em Caiana dos Crioulos.....	40
FIGURA 3 – Sede da Associação dos Moradores de Caiana dos Crioulos.....	41
FIGURA 4 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Firmo Santino Silva.....	42
FIGURA 5 - Apresentação da ciranda em Caiana dos Crioulos.....	44
FIGURA 6 - A noiva a caminho da igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem.....	45
FIGURA 7 - Celebração do Mês Mariano, capela de Santa Luzia na Comunidade.....	45
FIGURA 8 - Mapa da territorialização das comunidades negras na Paraíba.....	48
FIGURA 9 - Fazenda Sapé e áreas de plantio da comunidade de Caiana dos Crioulos.....	49
FIGURA 10 - Toda a família participa da limpeza do roçado na fazenda Sapé..	50
FIGURA 11 - O plantio da roça no quintal da casa.....	51
FIGURA 12 - Cotidiano das mulheres de Caiana dos Crioulos.....	64
FIGURA 13 - Cotidiano das mulheres de Caiana dos Crioulos.....	64
FIGURA 14 - Os quadros de santos da Igreja Católica.....	65
FIGURA 15 - O pote de barro ao lado do filtro.....	65
FIGURA 16 - Colhendo feijão.....	68
FIGURA 17 - Abrigo para as aves, ao lado da casa.....	68
FIGURA 18 – Fachada principal da capela de Santa Luzia.....	71
FIGURA 19 – Preparação do altar.....	71
FIGURA 20 – Queima de fogos ao final da celebração.....	72
FIGURA 21 – Preparação do grupo de cirandeira Dia Nacional da Mulher.....	74
FIGURA 22 - Apresentação das cirandeiras FUNESC.....	74
FIGURA 23 - Apresentação das cirandeiras em Caiana dos Crioulos.....	76
FIGURA 24 - Limpa do terreno.....	80
FIGURA 25 - Visão panorâmica da casa de farinha.....	81
FIGURA 26 - Forno sendo abastecido com lenha.....	82
FIGURA 27 - Escorrer a massa da mandioca.....	83
FIGURA 28 - A massa sendo assada no forno.....	83

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - População Escrava dos municípios paraibano dispostos por grupos de acordo com a economia característica.....	23
TABELA 2 - Comunidades Remanescentes de Quilombos na Paraíba.....	47
TABELA 3 – Naturalidade.....	66
TABELA 4 - Participação da mulher na roça / no roçado.....	67

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	14
A - Caminhos percorridos na construção da pesquisa: a pesquisadora e os sujeitos pesquisados	14
B - Aspectos sócio-espaciais da comunidade negra de Caiana dos Crioulos	16
C - Roteiro da proposta de investigação	17
 CAPÍTULO I - PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	 19
1.1 Uma questão que vem de longe dos primórdios da história territorial brasileira	19
1.2 O trabalho escravo na Paraíba e sua dimensão territorial	22
1.3 Procedimentos metodológicos adotados na construção da pesquisa	25
 CAPÍTULO II RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL	 30
2.1 Questão racial e marcos da identidade nacional	30
2.2 A Constituição de 1988 e o despertar para a territorialidade étnica	35
2.3 Território e territorialidade em Caiana dos Crioulos	39
 CAPÍTULO III - A MULHER QUILOMBOLA, SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA E IDENTIDADE ÉTNICA	 53
3.1 Discutindo gênero	53
3.2 Relações raciais e de gênero no Brasil	59
3.3 Gênero em Caiana dos Crioulos	63
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 84
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 88
 ANEXOS	

RESUMO

Este estudo tem como objetivo interpretar as práticas culturais da comunidade de Caiana dos Crioulos, a partir das atividades camponesas, buscando compreender a territorialidade étnica, com destaque para a figura da mulher quilombola na construção da identidade étnica do grupo. A pesquisa agrega-se ao esforço de dar visibilidade às formas de resistência exercidas pelos seus membros, no tocante à demarcação de suas terras e das práticas culturais exercidas no cotidiano, nas dinâmicas sócio-espaciais que reafirmam sua identidade e a memória coletiva desse grupo étnico. Nesse sentido, o território e a territorialidade, para Caiana dos Crioulos, assumem um significado de pertença étnica e histórica, visto que seus membros compartilham uma origem em comum. Do ponto de vista teórico metodológico, buscamos um diálogo interdisciplinar a partir da geografia com áreas afins, destacamos nesse diálogo autores como: Anjos (1997), Arruti (2005), Raffestin (1993), Haesbaert (2004), Ratts (2003), Gertz (1989) e Reis e Gomes (1996). Além da pesquisa documental e bibliográfica, foi imprescindível o trabalho de campo, como ferramenta para melhor compreender e interpretar o espaço estudado, possibilitando melhor apreensão da realidade social dos sujeitos da pesquisa. Como resultado da pesquisa, verificamos que a mulher desempenha diversos papéis dentro da comunidade, seja nos espaços domésticos, sociais e religiosos, mas principalmente em transmitir alguns aspectos da memória que reafirmam a identidade do grupo, através das práticas culturais vivenciadas no cotidiano de seus membros.

Palavras-chave: territorialidade, Caiana dos Crioulos, mulher e cultura.

ABSTRACT

This study aims to interpret the cultural practices of the community Caiana dos Crioulos, from easant activities, seeking to understand the ethnic territoriality, highlighting the figure of maroon women, in the construction of ethnic identity of the group. The research aggragatessocio to the effort to call attention to the forms of resistance undertaken by its embers regarding the demarcation of their lands and cultural practices performed in daily life, in the socio-spatial dynamics which reaffirms their identity and collective memory of that ethnic group. Thus, the territory and territoriality, in Cabanas dos Criolulos, assume a meaning of ethnicity and history, as its members share a common origin. From the theoretical and methodological point of view, we seek an interdisciplinary dialogue from the Geography and related fields, we highlight in this dialogue authors such as: Anjos (1997), Arruti (2005), Raffestin (1993), Haesbaert (2004), Ratts (2003), Gerrtz (1989) and Reis and Gomes (1996). Apart from the archival and bibliographical research, it was indispensable the field work, as a tool to understand and interpret better the area studied, allowing a better understanding of the social reality of the researched subjects. As a result of research, it was verified that women play different roles within the community, whether in domestic, social and religious spaces, but mainly transmitting some aspects of memory which reaffirms the group identity, through cultural practices experienced in teh daily life of their members.

Keywords: territoriality, Caiana dos Crioulos, woman and culture

INTRODUÇÃO

A – Caminhos percorridos na construção da pesquisa: a pesquisadora e os sujeitos pesquisados

Este trabalho tem como objetivo interpretar as práticas culturais na comunidade de Caiana dos Crioulos, dentro das atividades camponesas, buscando compreender a territorialidade étnica, destacando a figura da mulher quilombola na construção da identidade étnica do grupo desenvolvida nas relações sociais do cotidiano da comunidade.

O fato de pertencer à etnia negra e, especialmente na condição de mulher, por diversas vezes refleti sobre o porquê da pouca inserção dessa etnia nos espaços ideologicamente idealizados e construídos para a população branca do país. Como seria possível nos inserirmos nesses espaços elaborados para os não, sendo estes extremamente prioritários na construção de uma nação e no exercício da sua cidadania. As dificuldades apresentam-se visíveis, pois o acesso a uma boa educação e a formação acadêmica nas universidades públicas do Brasil é considerado, para muitos de nós, uma irre realidade no contexto social desse segmento da população.

Minha inserção no curso de Geografia na Universidade Federal da Paraíba me fez perceber que o ingresso de estudantes negras (os) é menor em relação aos dos estudantes brancas (os) nessa instituição acadêmica. Infelizmente esse fato reflete a realidade da maior parte das instituições de ensino superior do país. Discussões que traziam questões pertinentes à população negra eram abordadas nas disciplinas mais específicas como: Geografia regional e Geografia da população, na qual apresentavam as condições sociais e econômicas da população negra diante as questões raciais vividas no Brasil. No entanto, os debates sobre as relações raciais eram vistos de forma tímida no curso de licenciatura e bacharelado em Geografia.

A questão da relação racial no país não depende apenas do reconhecimento e da aceitação da condição enquanto negra ou negro, mas principalmente no âmbito que fundamentou e consolidou as teorias raciais no país, fundamentadas numa economia colonialista e no sistema patriarcal, em que procedimentos adotados pela sociedade elitista e discriminadora diante da inserção do trabalho escravo no contexto político, econômico e social do país, como: o trabalho dos africanos escravizados no Brasil, das condições de sobrevivência desses trabalhadores, os movimentos de resistência contra as

condições de trabalho, a abolição e a ideologia da democracia racial brasileira, que buscou durante décadas institucionalizarem a ideia de que no Brasil todos são iguais e, portanto, todos possuem os mesmos direitos e deveres. Essa ideologia perde sua veracidade, quando comparamos aos dados socioeconômicos da população negra, tanto em escala regional quanto Nacional.

A oportunidade em participar do evento dos Pesquisadores Negros do Brasil, realizado em 2002, em São Carlos, no estado de São Paulo, foi importante, pois através desse evento vimos como as questões sobre a população negra estão sendo discutidas no Brasil. Percebemos também que os debates sobre os problemas raciais e seus desdobramentos estão sendo tanto na academia quanto na sociedade, instituindo essa temática em espaços distintos, a exemplo das: as universidades públicas e privadas, dos movimentos sociais, dos órgãos governamentais, e, principalmente, das organizações do movimento negro em suas diversas escalas.

Durante a realização do evento, tive a oportunidade de conhecer pesquisas que abordavam a temática dos territórios quilombolas, por instituições de ensino superior público e privado do país. Na ocasião, conheci a pesquisa desenvolvida pelo Professor Doutor José Antônio Novais, que estava estudando as questões sanitárias na Comunidade Quilombolas de Caiana dos Crioulos, na Paraíba, então fiquei interessada em conhecer a comunidade e realizar uma pesquisa acadêmica com os membros desse grupo.

Com o desejo de prosseguir os estudos, no ano de 2004, participei da seleção no Programa de Pós- Graduação em Geografia/UFPB. A seleção ocorreu em novembro no ano em curso. Apresentei ao programa o pré-projeto intitulado: “Territorialidade Quilombola: Uma análise geográfica de Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande, Paraíba”. Não obtive a aprovação no programa, mas mesmo assim, continuei persistindo no sonho.

No ano de 2006, tive a oportunidade de conhecer a Comunidade de Caiana dos Crioulos, com a Organização de Mulheres Negras da Paraíba, a BAMIDELÊ. Essa organização não-governamental estava desenvolvendo trabalhos de alfabetização, assessoria jurídica e de manipulação de ervas medicinais, com o objetivo de implementar novas oportunidades de fonte de renda para as mulheres da comunidade.

Na ocasião fui apresentada as mulheres da comunidade e a líder da Associação dos Moradores de Caiana dos Crioulos. A partir desse contato foi possível ampliar a minha visão sobre a temática e os conflitos que são estabelecidos na discussão sobre o

reconhecimento, titulação e delimitação das terras de remanescentes de quilombos em todo território Nacional.

Nesse período também me aproximei do Grupo de Pesquisa: Território, Trabalho e Cidadania, grupo credenciado ao CNPq. A participação nesse grupo foi importante para compreender com mais clareza o que tinha proposto na elaboração do pré-projeto, através das leituras e dos debates em grupo, foi essencial para entender as dinâmicas territoriais e a concepção da territorialidade dos grupos pesquisados em relação ao seu território. No GESTAR além das condições para a realização da pesquisa bibliográfica tive apoio para realizar a pesquisa de campo e ampliação dos meus contatos em Caiana dos Crioulos.

Ingressei no PPGG em 2009, e foi gratificante essa conquista, pois tive a oportunidade de aprender sobre os estudos relacionados às teorias geográficas, às relações raciais e ao processo de construção da territorialidade étnica da Comunidade quilombola de Caiana dos Crioulos, pois esta discussão estava crescendo substancialmente, tanto nos centros de pesquisas de referência Nacional, quanto nos debates políticos em todo o país.

B - Aspectos sócio-espaciais da comunidade negra de Caiana dos Crioulos

Caiana dos Crioulos constitui uma comunidade negra rural, cuja trajetória histórica está pautada na disputa pelas terras ocupadas tradicionalmente pelos seus ancestrais, tendo as relações sociais estabelecidas por intermédio das relações parentais, pela cooperação mútua dos seus habitantes e, principalmente, pelos laços culturais construídas por seus habitantes, passados através das gerações.

Geograficamente, a comunidade de Caiana dos Crioulos está localizada na Mesorregião do Agreste, no município de Alagoa Grande, na microrregião do Brejo Paraibano (ver figura 01), distante 12 km da sede do município. O acesso à comunidade continua sendo bastante difícil, pois toda ela fica inserida entre serras e vales, tornando a acessibilidade extremamente precária.

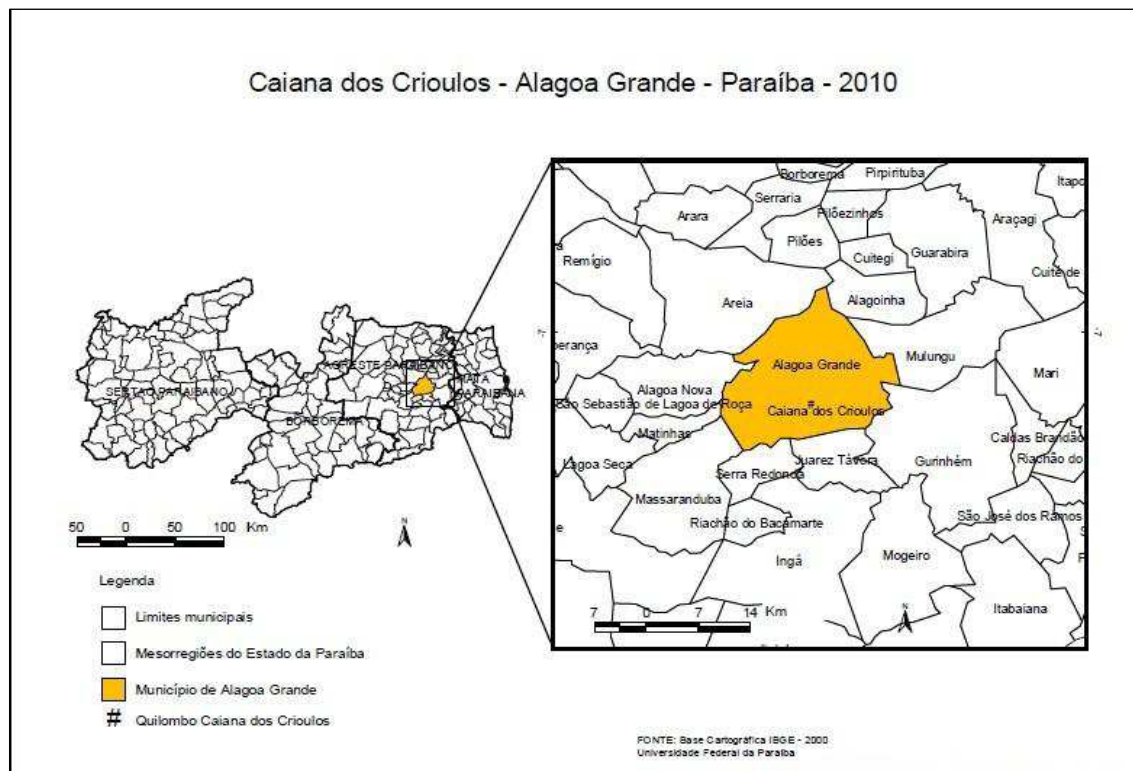


Fig. 1: Mapa de Localização da Comunidade negra de Caiana dos Crioulos

Fonte: Lima (2010)

A comunidade ocupa uma área de 390, 0257 hectares, em terrenos acidentados e insuficientes para manter a reprodução material de aproximadamente 120 famílias que a compõe. A principal questão que mobiliza os membros é no tocante a demarcação de suas terras. A referida comunidade obteve a aprovação de identificação, reconhecimento territorial e sua certificação pela Fundação Cultural Palmares (FCP), no ano de 1998¹.

C - Roteiro da proposta de investigação

A pesquisa tem como proposta entender a construção da territorialidade da comunidade negra de Caiana dos Crioulos, partindo da identidade étnica do grupo. Nesse sentido, busca-se compreender essa construção a partir da relação da comunidade com o seu território, das práticas culturais exercidas pelo grupo, tendo como principal fio condutor dessa construção e reafirmação, o papel da mulher quilombola.

¹

Cf. RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO. Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande-PB. In: PAIVA, Ricardo de; SOUZA, Vânia R. Fialho de P. e (Pesquisadores). **Projeto Mapeamento e Identificação das Áreas Remanescentes de quilombos**. Convênio Fundação Cultural Palmares/ UFAL. Recife, junho de 1998.

No que diz respeito à pesquisa de campo foram realizadas 15 entrevistas, sendo dez com as mulheres e cinco com os homens. Antecedendo a realização das entrevistas foram adotados alguns critérios como gênero, faixa etária e dados socioeconômicos dos membros da comunidade.

Devido à estrutura socioeconômica do grupo, esta estabelece maiores laços e vinculações com o espaço, nas atividades cotidianas desenvolvidas no grupo que são reproduzidas no trabalho, nas relações familiares, nas atividades culturais, nas festividades diversas, na religiosidade, nos espaços femininos dentro e fora da comunidade, onde o grupo desenvolve o processo da territorialidade étnica da comunidade de Caiana dos Crioulos. Para melhor entender como se processa essa dinâmica territorial, dividimos este trabalho em três capítulos, seguindo as seguintes etapas:

No capítulo I, explicitamos os procedimentos teórico-metodológicos na construção do trabalho de pesquisa, uma breve explanação sobre a questão da terra no Brasil, o trabalho escravo na Paraíba e a utilização do trabalho de campo como instrumento essencial na pesquisa geográfica.

No capítulo II, apresentamos as comunidades quilombolas e sua localização geográfica no estado da Paraíba. Em seguida, apontamos a Constituição de 1988, e as legislações complementares enquanto marco legal, que tratam, especificamente, da regularização das terras de remanescentes de quilombos; descrevemos alguns fatos e reivindicações da Frente Negra Brasileira e, posteriormente, os movimentos sociais que estabelecem ligações com as questões étnico-raciais no Brasil. Ainda nesse capítulo, destacamos a construção da territorialidade étnica da comunidade de Caiana dos Crioulos e as relações étnicas raciais no país.

No capítulo III, trabalhamos a questão de gênero, especialmente, a abordagem sobre gênero e etnia, pois é fato que as mulheres negras sofrem discriminação na sociedade, mas com força buscam reagir às múltiplas formas desse processo discriminatório reproduzidas nas relações sociais estabelecidas no cotidiano da vida social do grupo, principalmente aquelas que trazem no seu corpo, no fenótipo, aspectos “negróides”, sendo alvo mais fácil do preconceito, condição a qual me incluo, assim como as mulheres da comunidade de Caiana dos Crioulos. Nessa parte, também destacamos na pesquisa a participação da mulher caianense na reafirmação da identidade individual e coletiva, através das práticas culturais no interior do grupo.

CAPÍTULO I - PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

1.1 Uma questão que vem de longe... dos primórdios da história territorial brasileira

A questão quilombola assim como outras lutas do campo brasileiro, está no cerne das disputas por terra no Brasil e remete aos primórdios da apropriação do território brasileiro, ao processo de formação territorial que pôs em disputa os reinos de Portugal e Espanha e diz respeito às formas de ocupação e uso da terra. Quando falamos na ocupação e uso da terra no Brasil, não podemos deixar de esclarecer que a disputa territorial exercida pela coroa portuguesa teve como um dos objetivos a expansão das colônias em terras estrangeiras e, a apropriação da terra alicerçada no trabalho escravo e na monocultura.

Através da dominação econômica e militar, o governo português impôs suas leis e vontades políticas, estabelecendo o domínio e poder dos recursos naturais e territoriais da colônia brasileira, pois via nessas terras a possibilidade de explorar seus recursos agrícolas e minerais, sob a égide do capitalismo mercantil instaurado na Europa. A concessão de terras pelo sistema sesmarial, era praticada juridicamente em Portugal. Esse regime de ordenamento territorial era uma prática comum, instituída desde a década de 1375.

No século XIV a Europa enfrentava uma grande crise na agricultura, intensificando-se com o surgimento da “peste negra”, que assolou diversas regiões europeias e, consequentemente a economia portuguesa.

Na perspectiva de atender o modelo e as normas do capital estrangeiro, a coroa portuguesa instituiu a propriedade da terra, ou seja, o domínio territorial, por intermédio da “concessão de uso”, com direito a herança, favorecendo grandes extensões de terras aos monarcas e fidalgos europeus.

Visando atender as necessidades da sua economia e garantir a posse de imensas extensões de terras, foi introduzido o mesmo sistema de apropriação das terras brasileiras, agora territórios pertencentes à colônia portuguesa. O modelo adequado para organizar a grande quantidade da produção foi a *plantation*², que exigia grande

² Palavra de origem inglesa, utilizada pelos sociólogos e historiadores para resumir o funcionamento e modelo empregado nas colônias. Caracterizando a produção agrícola em grandes

contingente de mão-de-obra, inicialmente recorreram à mão-de-obra indígena, mas, sobretudo a força do trabalho dos africanos escravizados em nosso país foi a de maior expressividade nesse modelo econômico. A necessidade de grandes extensões de terras favoreceu o crescimento econômico da coroa, pois no sistema da *plantation* toda a produção visava o comércio externo, agroexportador. E essa era a finalidade da Europa em instituir colônias de exploração nas regiões distantes do “velho mundo”.

É fato que para compreendermos o papel do negro na formação territorial do Brasil é necessário interpretarmos as estratégias adotadas pelo Estado brasileiro para manter a mão de obra escrava cerceada da possibilidade de acesso à terra.

Nesse sentido, a Lei de Terras, conforme afirma Rodrigues (2007, p.01) “marca o final do século XIX e evidencia verdadeiramente uma posição do Estado frente à propriedade da terra ao mesmo tempo em que se configura num divisor de águas da história agrária brasileira”. Do exposto, cabe ressaltar que o Império, sofrendo pressões da Inglaterra com respeito à questão da substituição da mão-de-obra escravizada pelo trabalho livre, promulgou a Lei de Terras (lei nº 601 de 18 de setembro de 1850), que somente permitia o acesso à mesma aqueles que pudessem adquiri-la através da compra como está explicitado no "Artigo 1º, alínea ‘a’ Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra" (Lei de terras de 1850, lei de nº 601, p.1).

A partir de então, essa Lei normatiza a propriedade privada das terras no Brasil. Nesse momento, a terra passa a ter “**valor**” monetário legitimado pelo próprio Estado e o proprietário passa a disputar de forma enfática a apropriação da “**renda**”. Nesse contexto, não caberia ao homem pobre, africano livre, nem aos demais pobres de outras etnias a possibilidade de possuir terra e dela prover sua manutenção e sobrevivência, restando a esse homem viver à margem da sociedade, ou voltar para as fazendas e subjugar a sua força de trabalho ao proprietário de terras.

Outras leis e ações abolicionistas compuseram o repertório de legislações que pôs fim a escravidão como uma prática legitimada pelo Estado brasileiro a partir do século XIX, leis como: Eusébio de Queiroz (1850), Lei do Ventre Livre (1871), Sexagenário (1885) e a Lei Áurea (1888).

fazendas de áreas contínuas, praticando a monocultura, no Brasil, a princípio com a cana-de-açúcar, produzindo apenas para o mercado externo.

Nesse período, abolicionistas como Luiz Gama e André Rebouças participaram ativamente de debates e de ações no combate ao trabalho escravo. Em toda a sua trajetória, Luiz Gama trabalhou contra a escravidão disseminando, como jornalista, suas ideias antiescravistas e no combate às injustiças cometidas à população africana e de seus descendentes escravizados no Brasil. O mesmo tinha aliados nas confrarias ou irmandades³.

Segundo Reis (2008, p. 4), essas instituições eram espaços de agrupamentos dessa população negra, que se agregavam de maneira mais ou menos autônomas:

Essas confrarias ou irmandades religiosas, dedicadas à devoção de santos católicos [...] funcionavam como sociedade de ajuda mútua. Seus associados colaboravam com jóias de entradas e taxas anuais. Recebendo em troca assistência quando doentes, quando presos, quando famintos ou quando mortos.

A formação dessas irmandades, além de agregar essa população através de suas festas, eleições, assembléias, funerais e na ajuda mútua, também exercia em seus membros a possibilidade de os mesmos construírem identidades sociais com significativa representação, conferindo a eles esquecer, ou mesmo suportar, as injustiças sofridas no sistema escravocrata brasileiro.

Algumas dessas instituições tinham como principais funções a ajuda mútua entre os membros e a compra de cartas de alforrias. É interessante destacar a Irmandade da Boa Morte, uma das principais instituídas no país que sobrevive até o tempo presente, situada no município de Cachoeira, na Bahia. Inicialmente, essa Irmandade era liderada por mulheres forras e livres, que tinha como principal objetivo a compra de cartas de alforrias de homens e mulheres que viviam no subjugo do trabalho escravo. Essas instituições foram formadas em algumas localidades do território brasileiro, a partir do século XVI. Essas se configuravam como espaços de luta e resistência dessa população marginalizada socialmente.

Conforme a pesquisa sobre as Irmandades Negras no Estado da Paraíba⁴, Alves (2006, p. 9) diz que: “Consta que quase todas as cidades com certa influência em regiões e que possuíam escravos entre a população, tinha uma irmandade de negros e escolhiam como padroeira predileta Nossa senhora do Rosário”. Na Paraíba, de acordo com os registros eclesiásticos, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Cidade da Parahyba do Norte, em 1791, foi a primeira dessas instituições.

³ Ver Benedito (2006), O libertador de escravos e sua mãe libertária, Luíza Mahin

⁴ Ver Alves (2006) e Wanderley (2004)

1.2 - O trabalho escravo na Paraíba e sua dimensão territorial

Na Paraíba, na questão da inserção da mão-de-obra africana Galliza (1979), por exemplo, destaca a relevância que tiveram o trabalho desses africanos no século XVI até a metade do século XIX, atribuindo a esses trabalhadores a participação ativa para o desenvolvimento econômico, principalmente no Período Colonial, com o plantio da cana-de-açúcar (Ver Tabela 1), os quais desenvolveram diversas atividades na agricultura e na pecuária da economia paraibana. Porém, a produção do açúcar e sua comercialização, por visar o comércio externo dos países da Europa, foi a principal atividade da economia colonial. A autora também ressalta o trabalho escravo no tocante ao cultivo do algodão, que se estendeu por diversas extensões territoriais do estado paraibano conforme o quadro a seguir.

Conforme Galliza (1979), a população escrava na Paraíba foi bastante expressiva nos períodos do açúcar, do algodão, como também na prática da pecuária, estando essa mesma espalhada em diversas localizações da província. Os dados apresentados pela autora corroboram a nossa interpretação sobre a expressividade da mão-de-obra escrava na Paraíba, contrapondo-se a alguns estudos que negam essa importância. Segundo a mesma, o elemento que mais contribuiu para o declínio do trabalho escravo foi a transição para o trabalho livre, como também o tráfico interprovincial⁵ de escravos.

Ao estudar a formação territorial e econômica da Paraíba é possível perceber a importância do trabalho africano na sua composição demográfica e na formação territorial do nosso estado, tanto nos espaços rurais quanto nos espaços urbanos, o que confirma que as influências obtidas por intermédio dessa etnia, colaboraram na composição étnico/racial da população.

⁵ Cf Galliz a (1979, p. 116 e 119)

Tabela 1 - População escrava dos municípios paraibano dispostos em grupos de acordo com a economia característica

Principal produção	Municípios	1852	1872	1884	1886
Açúcar	Alagoa Grande	-	339	476	461
	Alagoa Nova	1024	419	283	203
	Mamanguape	2398	802	1320	1599
	Areia	2020	1424	1052	1229
	Pedras de Fogo	-	1145	898	940
Algodão	Ingá	693	1308	1074	953
	Independência	1246	1334	1056	1259
	Cuité	-	611	451	323
	Teixeira	-	-	99	100
Gado	Cabaceiras	1013	587	481	377
	Misericórdia	-	628	490	490
	S. João do Cariri	1538	642	1976	1399
	S. José do Sabugí	-	335	244	219
	Alagoa Monteiro	-	611	524	354
	Patos	544	830	499	320
	Piancó	997	612	1015	616
	Catolé do Rocha	1108	1016	791	780
	Pombal	915	1182	1031	866
	Souza	3446	1376	743	979
	Cajazeiras	-	403	290	87
Economia Mista	Pilar	1982	1191	1128	1326
	Bananeiras	1785	639	972	595
	Campina Grande	3446	1105	913	815

Fonte: Galliza (1979) - Organização: Jussara Manuela Santana

Outros autores, como Moreira (1997, p.44), destacam que o trabalho escravo foi predominante na Paraíba por três séculos, porém não foi o sistema exclusivo. Segundo essa autora, a crise da acumulação que esse sistema ocasionou na segunda metade do século XVII, provocou uma regressão na atividade canavieira, desencadeada por toda uma transformação da estrutura do mercado internacional do açúcar, ocasionando alterações nas relações de trabalho já existente no interior dessa economia.

Com a alta valorização da mão-de-obra africana no país, os fazendeiros paraibanos, visando diminuir os gastos na produção açucareira, introduziram o trabalho camponês no interior de suas fazendas, constituindo, posteriormente, a categoria de lavrador, ou pequenos agricultores, que produziam cana-de-açúcar para os engenhos em suas terras ou no pedaço de terra arrendada dentro do próprio engenho, estabelecendo no interior da economia local outra forma de exploração e subordinação ao trabalho, pois eram os senhores de engenho, donos das terras, quem detinham os meios de produção e todo o controle político, definindo inclusive a organização interna desses espaços econômicos.

Com isso, promoviam de forma precária a sobrevivência desse contingente de camponeses que utilizavam-se do trabalho na terra para manter viva sua relação com a mesma, através das práticas camponesas e, das atividades desenvolvidas na comunidade, lhes apoiados na memória coletiva do grupo.

Moreira (1997), ao estudar a condição de subordinação da mão-de-obra africana escravizada na Paraíba, aponta que foram diversas as formas de crueldade exercida sobre esses trabalhadores. Existem registros em documentos históricos e cartoriais⁶ que comprovam as atrocidades promovidas por seus senhores, e que essas eram praticadas como castigo e punição a todos que se voltassem, ou se rebelassem contra as regras estabelecidas por seus proprietários, durante todo o processo de escravização dos africanos no Brasil, foram reconsideradamente utilizadas.

Embora esses estudos venham afirmar a participação dos africanos na formação do estado da Paraíba, para Rocha (2009), a produção historiográfica paraibana não dá a devida importância ao trabalho desses africanos, sua cultura, a diversidade étnica e cultural, sendo negado a essa etnia o legado da sua contribuição no processo de formação econômica, política e social no nosso estado.

⁶Carta régia de 07 de fevereiro de 1698.

1.3 - Procedimentos metodológicos adotados na construção da pesquisa

Para a construção da pesquisa, foram utilizados os seguintes procedimentos teórico-metodológico: levantamento bibliográfico sobre as comunidades quilombolas no Brasil e na Paraíba; pesquisa documental no Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Organizações Não-Governamentais, ONGs, a exemplo de: Organização de Mulheres Negras na Paraíba - Bamidelê, Associação de Apoio a Assentamentos e Comunidades Afro-descentes da Paraíba - ACAADE, dentre outras; participação em eventos e o trabalho de campo.

A pesquisa foi também realizada na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no setor de Geociências, no Núcleo de Documentação Histórica e Regional (NDHIR) e na Biblioteca Central, no setor de periódicos. Após o levantamento bibliográfico e documental realizado, lemos os trabalhos de Cavalcanti (1975), Lima (1992) e Nóbrega (2007) sobre territórios quilombolas na Paraíba, os quais analisam as questões da identidade étnica e quilombola desses grupos sociais.

Essas etapas da pesquisa foram importantes e necessárias para formação de um acervo de informações que nos levaram aos resultados que aqui apresentamos.

No levantamento no INCRA/PB, fui informada que o senhor Luiz Zadra e a Francimar da Silva⁷ vinham pesquisando a presença desse grupo étnico no estado. Em conversas mantidas com o senhor Zadra e a Francimar, tive outras informações sobre a comunidade e as atividades desenvolvidas no interior do grupo, a coordenadora da AACADE, a senhora Francimar da Silva me forneceu uma cópia do Relatório Antropológico realizado pelos antropólogos, Ricardo de Souza Paiva e Vânia R. Fialho, Brasil (1998) sobre a comunidade de Caiana dos Crioulos. De posse desse documento comecei a refletir sobre a proposta a ser apresentada para estudar o referido grupo.

A partir disso, prossegui com a pesquisa ciente das condições de precariedade que envolvia seus moradores, sendo a principal delas a ausência de terra para plantar, comprometendo a reprodução material e simbólica dos seus membros circunscritos nesse território. Após a leitura do documento, percebi que a comunidade mantinha uma

⁷ Ao iniciar as primeiras informações sobre a Comunidade de Caiana dos Crioulos, o senhor Luís Zadra e a Francimar da Silva, desenvolviam atividades em comunidades de remanescentes de quilombos no estado da Paraíba. Atualmente participa como colaborador na AACADE, organização não-governamental em que desenvolve atividades de assistência técnica nos assentamentos rurais e em comunidades de remanescentes de quilombos no estado.

vitalidade peculiar e essa era, em especial, representada pela figura das mulheres, o que me motivou a estudar esse aspecto que traduzia muito sobre a luta e a história da resistência desse grupo social.

Até então desconhecia a história dos quilombolas na Paraíba. Com essas primeiras informações pude apresentar uma proposta para a seleção do mestrado na Universidade Federal da Paraíba. Desse modo, demos início à proposta inicial da minha pesquisa.

No início foi muito difícil, pois o material bibliográfico sobre a temática dos territórios de remanescentes de quilombos no estado ainda é inexpressivo. Mas, mesmo assim, naquele ano, em 2004, fiz a seleção, embora não obtido a aprovação, prossegui, informalmente, insisti em fazer a pesquisa, pois me identificava muito com o objeto de estudo.

Também encontramos trabalhos monográficos de Moreira (2006) e Cavalcante (2007), ressaltando a luta pela terra e sua territorialidade em Caiana dos Crioulos e o quilombo urbano de Paratibe, estudando a questão da organização da comunidade em relação à especulação imobiliária e a preservação de algumas práticas camponesas no interior da comunidade, mesmo estando num espaço urbano.

Minha participação em eventos estaduais possibilitou o contato com alguns representantes das comunidades quilombolas na Paraíba e, em especial, com os representantes de Caiana dos Crioulos, para os quais apresentei o interesse em trabalhar com o grupo e desenvolver a pesquisa.

Todo o trabalho foi desenvolvido tomando como referência alguns procedimentos referentes ao trabalho de campo, a ética do pesquisador diante do seu objeto de estudo e a própria forma da escrita. Compartilho da afirmação de Rodrigues (2007, p 102) ao afirmar que:

O campo coloca-se para o geógrafo como um laboratório, onde se busca através da descrição e da interpretação, contribuir para o fortalecimento do corpo de enunciados da Geografia. Interessa, portanto, a essa ciência, o registro de acontecimentos, práticas culturais e questões ambientais que traduzam a relação sociedade-natureza em sua diversidade e particularidades, não cabendo, neste exercício, nenhum tipo de divisão do saber.

Portanto, partindo da concepção de que o trabalho de campo se configura para o geógrafo como uma prática de vivência, de observação e de registro dos acontecimentos culturais e ambientais, se faz importante o uso dessa ferramenta para melhor compreender a Comunidade de Caiana dos Crioulos.

A proposta de utilizar o trabalho de campo como instrumento para a pesquisa geográfica tem como objetivo elucidar a importância que tem essa prática numa melhor compreensão da ciência geográfica. Cabe nesse momento ressaltar que somente a partir da busca de sua institucionalização, a Geografia passou por transformações enquanto ciência, em seu campo epistemológico.

O trabalho de campo para o geógrafo é muito importante na construção do conhecimento, pois é no campo que ocorre o verdadeiro conhecimento, é através desse instrumento que o geógrafo e demais pesquisadores podem sentir e vivenciar a realidade do grupo pesquisado, sendo possível associar à teoria ao cotidiano do grupo envolvido, ao proporcionar melhor compreensão da realidade social dos sujeitos da pesquisa.

Os estudos da Antropologia Cultural e Social destacaram que a contribuição, do trabalho de campo como ferramenta para a pesquisa é essencial para alcançar os objetivos propostos no estudo. Destaca ainda que ao entrar em contato com seu objeto de estudos, caber ao pesquisador manter sua postura ética, diante dos sujeitos da pesquisa, como também na apreensão e interpretação dos dados coletados no campo, sejam estes através das entrevistas ou da oralidade dos participantes.

As primeiras narrativas apresentadas trazem a tona os dados empíricos, esses foram realizados pelos viajantes e cronistas, homens que tinham como um dos objetivos descrever minuciosamente a paisagem, a diversidade da fauna e as relações econômicas e sociais entre os séculos XVII e XVIII no país, também os artistas com suas pinturas contribuíram para enriquecer um acervo memorialista que hoje estão expostos em museus. Nesta perspectiva, destacamos o trabalho de Rugendas (1972, p. 147-151), em que, o autor faz algumas considerações com respeito à condição do negro escravo e livre na sociedade, ao descrever os usos e costumes dessa população no Brasil.

Através dessas leituras, podemos verificar que no trabalho desses viajantes e cronistas foi utilizada a descrição como procedimento metodológico, práxis da Ciência Geográfica e áreas afins.

Para realizar e discutir o campo, consideramos as leituras realizadas na antropologia por Cardoso (1986), Zaluar (1986), na discussão teórica na Geografia, Lacoste (1985), Serpa (2006), Kaiser (2006) e Silva (1982). Também incorporamos as discussões sobre os relatos de campo de Rodrigues (2001) e (2007).

Conforme estudos relacionados ao trabalho de campo, é comum dentre os (as) autores (as) a preocupação que a pesquisa, ponha em diálogo os dados empíricos com a abordagem teórico-metodológica, ao estudo do seu objeto. Os autores apontam o trabalho

de campo como uma espécie de laboratório, onde ocorrem as relações entre o pesquisador e o grupo pesquisado, que busca através da observação interpretar as relações existentes daquele grupo em seu lugar.

Foi com esse objetivo que busquei ter acesso à comunidade de remanescentes de quilombos de Caiana dos Crioulos, pois através do campo poderia de fato prosseguir com o pré-projeto apresentando ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da referida instituição.

O acesso à Comunidade de Caiana dos Crioulos, a princípio, foi difícil. A partir dos contatos mantidos com a instituição da Bamidelê, no ano de 2005, pude acompanhar a equipe a uma das atividades daquele semestre. Na ocasião, os trabalhos estavam marcados com as mulheres associadas do grupo. Ao chegarmos, fomos recebidas pelas senhoras que aguardavam a equipe de técnicas da instituição. Fui apresentada ao grupo pela coordenadora da ONG, e prontamente foram iniciados os apontamentos da pauta da reunião. No primeiro momento conversaram sobre os procedimentos com respeito ao processo de titulação das terras; a continuação ao projeto de alfabetização das mulheres e sobre cursos de manipulação de remédios.

Após minha inserção no Programa de Pós-Graduação, foram realizados quatro trabalhos de campo, nos quais utilizamos os instrumentos necessários para a realização da pesquisa: entrevistas, gravações em meio digital e as conversas mantidas informalmente, pois através desses diálogos era mais fácil entender a dinâmica existente entre os (as) moradores (as) da comunidade.

A comunidade no processo de territorialização busca por meio da resistência, representadas por intermédio da preservação da sua cultura, dos laços de parentescos e da relação com a terra, consolidar sua territorialidade. As concepções que têm sobre o território são construídas e concebidas a partir de suas representações materiais e simbólicas do território, que por sua vez consolidam as relações de poder com e sobre o território étnico de Caiana dos Crioulos.

Ao abordar a questão sobre o papel do pesquisador, com respeito ao objeto da sua pesquisa, dada a real significação no tocante ao objetivo da pesquisa, Lacoste (1988, p.171) afirma que: “A Geografia deve estar bem consciente de que, analisando espaços, ela fornece ao poder informações que permitem agir sobre os homens que vivem nesses espaços.” Esta afirmativa nos faz lembrar Cardoso (1996, p. 100) quando afirma que a coleta de material não é apenas um momento de acumulação de informações, mas se

combina com a reformulação de hipóteses, com a descoberta de pistas novas que são elaboradas com novas entrevistas.

Com respeito ao grupo pesquisado, é de vital importância o acesso aos resultados da pesquisa, cabendo ao pesquisador à sensibilidade de apresentar de forma compreensível o resultado do seu estudo, visando à instrumentalização de ações que colaborem com o grupo no fortalecimento da sua alteridade e da sua autoestima enquanto grupo étnico⁸.

A comunidade de Caiana tem com principal objetivo a certificação de suas terras, e a busca em assegurar o direito a reprodução da sua vida e das futuras gerações; os caianenses vivem modestamente em suas casas, são pessoas simples, que almejam reaverem as terras que pertenceram no passado aos seus ancestrais.

Conforme os relatos dos entrevistados, todos nasceram em Caiana dos Crioulos, e lá constituíram suas famílias. A Caiana dos Crioulos é um território de luta e resistência, onde os sonhos são diversos, como indivíduos, mas se tornam únicos, quando compartilhados na sua existência e na construção da sua territorialidade étnica, enquanto pertencentes a uma comunidade de remanescentes de quilombos.

De acordo com Minayo (1993), a pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos sociais com base em uma aproximação progressiva da realidade, onde teoria e dados se encontram imbricados.

Após a sistematização dos dados qualitativos e quantitativos, os mesmos foram utilizados como parâmetros para algumas interpretações preliminares, a exemplo: como é construída a identidade étnica individual e coletiva do grupo e a manutenção dos vínculos de pertencimento ao lugar, realizada através da interpretação das práticas cotidianas dos caianeses, expressas por meio das manifestações culturais dos seus moradores.

Ao pedir a permissão para ser gravada a entrevista, percebi de imediato a negação da parte dos (as) entrevistados (as) em utilizar esse recurso. Então, optei pelas entrevistas e as conversas informais com os membros da comunidade.

Os primeiros contatos com os membros da comunidade foram tímidos, mesmo explicando o motivo das entrevistas, que se tratava de um estudo universitário. O fato de ser uma estranha causava alguns cuidados para com os pesquisados, uma reação bem comum nas pessoas com as quais não temos nenhuma referência.

De acordo a fala da presidente da associação, a senhora Severina Luzia da Silva, conhecida por todos como Cida, a reação de alguns caianenses diante das pessoas

⁸ Ver Barth (1998), Cunha (1986) e Ratts (2003 e 2009).

estranhas, consiste no fato de experiências anteriores com alguns pesquisadores e professores de instituições de ensino, pois, para essa líder, o acesso de alguns pesquisadores com a comunidade está baseado apenas no interesse. Isso pode ser comprovado a partir da sua fala: “esses vem para cá, desenvolvem seus trabalhos de pesquisa na comunidade e nunca voltam para apresentar os resultados da pesquisa”.

A narrativa da entrevistada denota que o grupo sente-se usados. Mas é perceptível que, no transcorrer do tempo, com a assiduidade da pesquisadora com os moradores de Caiana dos Crioulos, vão se estabelecendo laços de confiança e de afinidade, apresentados através da própria escrita ao longo da pesquisa. Essa é processada de forma a não comprometer os objetivos estabelecidos da pesquisa científica.

Na perspectiva de compreender as relações existentes no grupo e as construídas na visão do olhar do outro, vamos discutir no capítulo seguinte como foram construídas as relações raciais no Brasil e a partir delas a formação da identidade territorial da sociedade brasileira.

CAPÍTULO II - RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL

2.1 - Questão racial e marcos da identidade nacional

No século XVIII e início do século XIX, a classe burguesa capitalista brasileira buscou solucionar os problemas da miscigenação da população e melhorar a imagem do país no exterior, conforme revelam estudos realizados sobre as teorias raciais⁹ introduzidas no país e sua disseminação na sociedade. Conforme estudos realizados por Skidmore (1976, p. 54), “sendo o Brasil um país predominante agrário e mantendo uma relação paternalista e de estratificação social dos homes brancos fazendeiros do sul, o processo abolicionista não causou transformação econômica e social, esperada por alguns abolicionistas que defendiam o fim da escravidão”.

Mesmo com a abolição, da escravidão a população brasileira apresentava uma diversidade na tonalidade da pele, pois a população mulata e negra era superior à branca nesse período. Na tentativa de minimizar essa situação, foram reproduzidas pela nossa elite as doutrinas raciais divulgadas na Europa e na América do Norte, conhecidas, atualmente,

⁹ Cf. Schwarcz (1993), Capítulos II e III

como racismo científico, que encontra fundamento nas evidências biológicas e históricas, na classificação da superioridade branca da população.

Surge no país uma terceira categoria, os mulatos, também classificados como os não-brancos. No Brasil colonial, a raça era vista sob o aspecto biológico, em que o indivíduo era denominado de não-branco, dependendo dos seus atributos físicos (cabelo, nariz, boca e cor da pele). Na América do Norte, as relações raciais eram estabelecidas sobre dois pólos: os brancos e os não-brancos, não coexistindo uma terceira categoria. Para Skidmore (1976), “essa ambigüidade na fase colonial perdurou até a era moderna e tornou as relações raciais no Brasil complexas”.

Tendo essas doutrinas bem fundamentadas, calcadas nas teorias raciais, a expansão territorial da Europa e a norte-americana, acharam aliados eficazes para o imperialismo e racismo. Foi na guerra civil americana que foi tornada legal a chamada “Jim Crow”¹⁰, a separação física em lugares públicos entre os brancos (as) e negros (as).

No cenário brasileiro, a questão era bastante diferente. O processo da miscigenação traria a diluição da população negra composta por africanos livres, os escravizados e seus descendentes, gradualmente se tornariam brancos, equivalente à raça superior.

Com o fim da escravidão, esse contingente populacional de mulheres e homens agora livres, mas então escravos das amarras de uma sociedade burguesa e racista, tinham como seu destino viver à margem da sociedade, violentados moralmente, fisicamente e emocionalmente. Não existia lugar para ser ocupado dentro dessa estrutura social brasileira. A população mulata também era alvo do racismo não institucionalizado, não permitindo exercer cargos públicos, na marinha e também no exército. Essa população recebia o preço por possuir a “gota de sangue” dos seus ancestrais africanos, aqueles originários principalmente da África Ocidental.

Nos debates raciais ocorridos no Brasil, no século XX, destacamos as teorias racistas desenvolvidas por Rodrigues, em sua obra: “Os Africanos no Brasil” (1982), o autor apresenta a situação dos descendentes de africanos no país e descreve a discriminação ao negro em relação a sua incapacidade intelectual em detrimento ao branco colonizador.

¹⁰ Leis estaduais e locais decretadas nos estados sulistas limítrofes nos EUA, em vigor a partir do ano de 1876-1965, afro-americanos, asiáticos e outros grupos. Separatista, com as escolas públicas separadas para negros e brancos e os serviços de transportes como: trens e ônibus diferenciados.

No diálogo sobre relações raciais no Brasil, destacamos os trabalhos de Pierson (1971), Bastide (1955) e Schwarcz (2001). Esses teóricos evidenciam em suas pesquisas a situação do negro brasileiro, e entendem que as condições de desigualdade dessa parcela da população estão submetidas e fundamentadas ideologicamente no preconceito e na discriminação “a brasileira”; escamoteada por toda uma elite classista, elitista e racista do país.

Na década de 1931, com o objetivo de se organizar e lutar por melhores condições como cidadãos, A Frente Negra Brasileira (FNB) dá início aos primeiros movimentos no combate ao preconceito e ao racismo no país. Mas durante a ditadura militar, em que diversos movimentos sociais lutavam em favor de condições dignas para os menos favorecidos, foram silenciados pelo regime opressor do Governo brasileiro. Após quatro décadas, o movimento negro ressurgiu em 1978, com a denominação de Movimento Unificado Contra a Discriminação, o (MUCDR). Esse recebe por sua vez outra denominação, passa a se chamar de Movimento Negro Unificado e tem como proposta a luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Esse não foi o único movimento organizado que lutou contra o preconceito racial e por direitos da população negra. Podemos destacar também o Teatro Experimental do Negro (TEN), que tinha como objetivo a formação de artistas profissionais no país, oriundos de classes populares. Por fim, foi criado o Jornal do Negro, possibilitando a circulação de notícias do interesse dessa etnia, excluída da sociedade.

Em meados do século XX, foi realizada no Estado da Bahia, posteriormente no Rio de Janeiro e São Paulo, uma pesquisa encomendada pela Organização das Nações Unidas (UNESCO) sobre as relações raciais no Brasil. Inicialmente foi realizada na Bahia, em 1939, por Donald Pierson. O estado da Bahia foi escolhido como universo dessa pesquisa por abrigar maior número de negros, em relação aos demais Estados.

O referido pesquisador chegou à conclusão que a maioria da população negra da Bahia, mediante a sua cor e sua condição de classe, estava à margem da sociedade, vivendo em lugares insalubres e nas piores condições de vida. Sendo-lhes negada uma vida digna, deixados a mercê da própria sorte. A pesquisa registrou também que, na cidade de Salvador, uma pequena parcela de mestiços vivia em espaços dos não-negros.

Outros estudos foram realizados no Brasil. O mais conhecido foi o coordenado pelo francês Roger Bastide, na década de 1950. O estudo abordava a condição dos negros na cidade de São Paulo. A pesquisa veio revelar a realidade em que vivia esse segmento

populacional e trouxe ao conhecimento da sociedade a situação das relações raciais no estado de São Paulo e, conseqüentemente, no Brasil.

Na pesquisa realizada por Bastide (1955), foi verificado que a democracia racial divulgada nos anos 1950 era uma farsa, melhor dizendo, era um mito; o mito da democracia racial. Para o autor, não existia qualquer interesse governamental em reconhecer os direitos desse segmento. A essa postura o autor interpretou como “pecado de omissão”. De acordo com Bastide (1955, p. 124):

É sempre mais fácil descrever manifestações aparentes. Ora, o Brasil, nas suas constituições, leis, imprensa, proclama altamente a sua repulsão a todo e qualquer ataques à dignidade do homem negro. É mais difícil descobrir o que pode estar oculto sob a indiferença, às omissões ou as faltas. Será preciso recorrer, muitas vezes, não à análise de comportamento, mas à da ausência de comportamento.

Seguindo a ideia de preconceito realizada por Bulmer, Guimarães (2003, p. 11) afirma que “o preconceito existe como uma reação emocional de um grupo racial (branco), quando este sente ameaçado por outro grupo (o negro), tendo como experiência a relação inter-racial americana (GUIMARÃES, 2003, p. 11 *apud* BULMER, 1939, 1958).

O preconceito e a discriminação existem, um ao lado do outro, mas o discurso construído no imaginário da sociedade é que vivemos numa democracia racial, ‘a brasileira,’ exposta por Freyre (1966) em sua obra, Casa Grande e Senzala, mas desmitificadas a partir dos estudos de Bastide (1955), Pierson (1971) e Guimarães (2003).

A democracia racial explicitada pelos pesquisadores que comungam da teoria de paraíso racial, inclusive Freyre (1966), em sua obra: Casa Grande e Senzala permitem-nos questionar: Que paraíso é esse, onde mais de 70% do total da população, distribuídos entre negros e pardos, estão vivendo em condições de pobreza, à margem da sociedade, e não possuem igualdade de oportunidades?

Na década de 1990, a atuação dos movimentos sociais negros também contribuiu para trazer visibilidade aos problemas e condições da sobrevivência desse grupo étnico, pois os estudos realizados anteriormente já apontavam quais eram os fatores da ordem ideológica, política e social, responsáveis pela gênese e pela própria permanência da degradação da maior parcela da população negra no país.

Tanto o preconceito, quanto a discriminação racial, são balizadores para a não ascensão social dos (as) negros (as) e o processo de miscigenação não foi um instrumento de aglutinação da população branca, negra e mulata no país, perdendo sua legitimidade no

tocante ao processo de miscigenação. Não conseguiu minimizar ou mesmo extinguir as desigualdades oriundas de um processo que protagonizou parte da história brasileira, de vivermos num “paraíso racial” e que no país não existe o preconceito e a discriminação étnica.

Lembro, portanto, da fala do geógrafo Milton Santos ao exigir que as editoras colocassem sua foto na capa ou contracapa dos seus livros, para evitar cenas constrangedoras quando se apresentava em eventos e espaços públicos.

Dando aporte a essa assertiva, Santos (2000) destaca as marcas visíveis desse problema na discussão sobre ser negro no Brasil hoje, o autor apontar os três pilares que sustentam o preconceito: a corporeidade, a individualidade e a cidadania. Sobre a corporeidade e as marcas que dela se desdobram, afirma Santos (2000, p.3):

Mas a verdade é que, no caso brasileiro, o corpo da pessoa também se impõe como uma marca visível e é frequente privilegiar a aparência como condição primeira de objetivação e de julgamento, criando uma linha demarcatória, que identifica e separa, a despeito das pretensões de individualidade e de cidadania do outro. Então, a própria subjetividade e a dos demais esbarram no dado ostensivo da corporeidade cuja avaliação, no entanto, é preconceituosa.

O reflexo dessa discriminação, em que a corporeidade do indivíduo é atributo que o identifica e o qualifica, é observado diante as condições de empregabilidade entre os trabalhadores com carteira assinada e sem carteira assinada; ao ser utilizado o critério cor, as desigualdades são mais profundas, sendo estabelecidas diferenças inter-raciais entre esses dois grupos de trabalhadores no país. Os (as) negros (as) são os (as) que possuem o menor número de trabalhadores com carteira assinada, se comparado ao trabalhador branco.

Com base na pesquisa, sobre a ocupação no mercado de trabalho da população negra no país, é possível perceber que no Brasil a condição socioeconômica dos (as) trabalhadores (as) negros (as) colabora cada vez mais na desigualdade entre esses dois grupos raciais.

Compreendemos que a pobreza e a miséria a que essa etnia tem sido historicamente submetida culmina numa desigualdade social, relevando que os discriminados têm nome, mas primordialmente têm cor, fato que nos leva a repensar qual seja a real situação do negro no país, tendo em vista, a urgência em desenvolver políticas públicas que minimizem a vergonhosa degradação humana da população negra brasileira.

Segundo as pesquisas realizadas por Paixão

(2003), e subsequentemente pelo PNUD (2005), sobre o Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil, em relação aos dois grupos pesquisados, brancos/as e negros/as, existem dois Brasis, o Brasil dos brancos, com um IDH elevado, chegando a ser comparado aos índices dos países mais desenvolvidos do mundo. A pesquisa constata, por outro lado, a existência de um Brasil negro, com índices do IDH semelhantes aos países mundialmente pobres, chegando a ocupar a posição de 105º lugar no *ranking* mundial.

Em busca de reparação decorrente da negligência do Estado brasileiro ressurgiu ou emerge como afirmam Arruti (2005) e Ratts (2003), no cenário da nossa sociedade as comunidades remanescentes de quilombos, na procura de garantir seus direitos adquiridos na Constituição Federal Brasileira de 1988. Esses, têm como principal objetivo a legitimação de suas terras. Esses grupos étnicos, formados por mulheres e homens, lutam por vida digna para si e para a coletividade, reivindicam garantias no cumprimento dos seus direitos adquiridos constitucionalmente.

As comunidades de remanescentes de quilombos, a exemplo de Caiana dos Crioulos, surgem como movimentos sociais organizados, revelando as ações de mulheres e homens negros enquanto sujeitos políticos e coletivos, reafirmando sua história através da identidade étnica do grupo e da luta pela terra, visando a construção de um espaço adequado a sua reprodução social.

2.2 A Constituição de 1988 e o despertar para a territorialidade étnica

Destacamos a Constituição de 1988 como marco legal para o reconhecimento dos territórios de comunidades de remanescentes de quilombos, sem deixar de reconhecer a importância da efetiva participação dos movimentos sociais e, principalmente, do Movimento Negro Unificado, Teatro Experimental do Negro e dos diversos movimentos que tiveram como ponto principal o combate ao preconceito racial no Brasil.

Sabemos que o caminho percorrido para se chegar à Carta Magna de 1988, foi longo e que a mesma traduz lutas de longa data as quais, no que concerne a questão étnica, estão materializadas no Artigo nº 68 Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que expressa às reivindicações advindas do próprio Movimento Negro, dos Movimentos Sociais e de Instituições Governamentais e Não-Governamentais que atualmente lutam pelas garantias e cumprimento desse marco legal.

É nesse contexto econômico, cultural e social que as populações tradicionais, em especial, as comunidades de remanescentes de quilombos, como grupo social, têm a garantia de direitos referendados na Constituição de 1988, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ao instituir que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos, que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Constituição Federal de 1988, ADCT, Artigo 68, p.157).

A partir desse aparato legal, a institucionalização das terras de quilombolas por meio da certificação e o processo de demarcação deveriam ser feitas em cinco anos, ou seja, até o ano de 1993. No tocante ao conceito de quilombo¹¹, algumas interpretações foram conferidas, uma delas está referenda na própria Constituição Federal de 1988, porém, outros conceitos vão sendo atribuídos a esses povos que lutam por reconhecimento de suas terras e reivindicam seus direitos enquanto cidadãos e grupo étnico. As comunidades de remanescentes de quilombos são espaços de representação política, social e cultural, em que os seus membros compartilham de uma identidade étnica e territorial em comum.

No tocante a situação das terras dos remanescentes de quilombos no País, observamos que na realidade, o avanço ocorreu no que diz respeito à certificação dessas comunidades, porém no processo de demarcação demanda avanços no sentido de garantir os direitos constitucionais desses grupos étnicos.

Segundo os dados oficiais da Fundação Cultural Palmares (FCP), em julho de 2010, no Brasil, foram certificadas 1.523 comunidades remanescentes de quilombos. No entanto, desse montante, 113 títulos foram emitidos e apenas 102 comunidades têm as demarcações definitivas de suas terras, demonstrando que o atendimento dessas reivindicações e direitos requer desses grupos mais organização política e social, quer seja em seus territórios, quer seja nas instâncias do poder público responsável por esses processos. Além desses dados oficiais, há estimativas de que existem, aproximadamente, cerca de três mil comunidades quilombolas distribuídas em todo o espaço territorial nacional, em todas as unidades da Federação.

Com o propósito de atender a diversidade desse segmento social, no tocante as suas lutas por condições dignas da sua reprodução, as Convenções e Tratados Internacionais já apontavam, na década de 1957, recomendações ao estabelecer possibilidades e metas para

¹¹ Ver Gomes (1996), Arruti (1998) e Leite (2000).

garantir suas particularidades, visando à integridade social, econômica, política, religiosa e cultural desse novo agente e sujeito social.

O Decreto Federal nº 6040 de 02/07/2007, em seu artigo 3º, propõe:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007)

Almeida (2008, p.29-31), ao caracterizar os povos tradicionais e sua forma tradicional de uso comum da terra, afirma que:

O fator identitário e todos os demais subjacentes, que levam as pessoas a se agruparem sob uma mesma forma de expressão coletiva, ao se declararem pertencimento a um povo ou grupo, a afirmar uma territorialidade específica e a encaminharem organizadamente demandas face ao Estado, exigindo o reconhecimento de suas formas intrínsecas de acesso à terra.

As diversas características que asseguram a reprodução material e imaterial das populações tradicionais se encontram, assim, explícitas na Convenção 169 da OIT, no art. 2º, o qual parte da seguinte prerrogativa: “A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção”. (Grifo nosso)

De acordo com a FCP, a comunidade de Caiana dos Crioulos foi reconhecida, na década de 1990, com base no Relatório Antropológico, Brasil (1998).

Transcorrido 13 anos, após o processo de auto-definição da comunidade como remanescente de quilombo, os moradores de Caiana dos Crioulos não perderam a esperança de obter sua terra de trabalho, pois o primeiro laudo antropológico realizado na comunidade não atendeu essas necessidades. Os moradores mantêm a roça/roçados em seus quintais, outros ainda continuam como posseiros, sem pagar o forro na propriedade vizinha, denominada de Fazenda Sapé, e outros trabalham temporariamente em municípios vizinhos ou migram para a região Sudeste do Brasil em busca de oportunidade de trabalho.

De acordo com as falas dos entrevistados, essas terras pertenceram aos seus ancestrais.

[...] a gente nasceu aqui, nessas terras, tudo ali era nosso, agente ia bem cedo, de madrugada, nosso pai levava tudo pra roça, aqui nas terras do Sapé e nas terras do Jaú. (Manoel Firmino, Declaração verbal, Maio de 2011).

Tanto na Constituição Federal de 1988, quanto na Convenção 169 da OIT, no que se referem a “terras tradicionais”, essas recebem atribuições de território e territorialidade, pois se materializam através das relações e ações humanas, onde estão inseridas as diversas manifestações da organização territorial dessas populações, pois nesses territórios vão sendo estabelecidas relações de poder, caracterizando as forças exercidas na constituição desse território.

De acordo com Raffestin (1993, p. 52),

O poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares. Portanto, seria inútil procurar o poder na existência original de um ponto central, num centro único de soberania de onde se irradiam formas derivadas e descendentes, pois é o alicerce móvel das relações de força que, por sua desigualdade, induzem sem cessar a estados de poder, porém sempre locais e instáveis.

Em Caiana dos Crioulos, nas relações existentes entre os indivíduos do mesmo grupo é verificada a existência de disputa de poder, no qual é exemplificado por Raffestin (1993). Mesmo sendo comuns as relações de parentesco no grupo, a comunidade enfrenta conflitos internos, e esses são percebíveis entre as duas líderes dos dois grupos de cirandeiras da comunidade: Conforme a pesquisa observou que, entre as cirandeiras dos grupos distintos ainda é mantida uma relação harmoniosa e que, apesar das rivalidades de suas líderes, a amizade e a cumplicidade são muito presentes entre os dois grupos.

Ao estudar as relações de poder exercidas no território, Souza (2003) assinala que essas relações vão ser processadas do ponto de vista de escamotear conflitos e contradições sociais uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: *quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?*

A construção da identidade étnica da comunidade de remanescente de quilombos de Caiana de Crioulos se desenvolve a partir da sua identificação enquanto grupo étnico, das relações sociais existentes entre seus membros exercidas no cotidiano do grupo, seja estas representadas no uso comum de suas terras, no trabalho e nas práticas culturais realizadas por seu grupo, onde se constituem sua territorialidade. Como bem denota Raffestin (1993, p. 158), “a territorialidade adquire um valor particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”.

2.3 – Território e territorialidade em Caiana dos Crioulos

Através dos trabalhos de campo desenvolvidos em Caiana dos Crioulos, verificamos que a localização dessa comunidade é de difícil acesso, local bastante estratégico, entre serras e vales. Essa característica geográfica das comunidades quilombolas já foi discutida por outros autores ao fazerem uma leitura sobre a organização territorial dos remanescentes de antigos quilombos no Brasil¹².

Anjos (1999, p.35), ao discutir as características geográficas das comunidades quilombolas, afirma que “a maneira como as construções são distribuídas ocorre de maneira esparsa no território, sem um arruamento geométrico definido, se dá, como tradicionalmente se verifica em outras localidades do País”. Verificamos que as comunidades quilombolas, no Brasil, são predominantemente rurais e as mesmas eram fixadas em lugares de difícil localização, funcionavam com espécie de esconderijo para aqueles que buscavam lutar contra a opressão e humilhação do cativeiro imposto pelo trabalho escravo.

Moreira (2009, p. 34), em sua pesquisa de dissertação sobre a comunidade de Caiana dos Crioulos, ao analisar a disposição das casas e a forma como estão dispostas diz que “a própria localização e disposição espacial das casas podem expor um presente que transborda informações de um passado que releva fugas e um refúgio, o quilombo”.

Em Caiana dos Crioulos, as casas não possuem propriamente um arruamento. Em algumas áreas, as moradias estão mais concentradas assemelhando-se a um arruamento, (ver figura 02), mas na maioria dos casos elas estão dispostas em áreas bem espaçadas, construídas em terrenos bastante íngremes, ou nos vales. As ruas são de barro e no período das chuvas a locomoção dos caianenses se torna quase inacessível.

¹² Ver Maestri (1988),Gusmão (1990), Fiabani (2005) e Moreira (2009).



Fig. 2: Visão parcial da disposição das casas em Caiana dos Crioulos.
 Autoria: Diego Silvestre - Outubro de 2010.

Para Anjos (1997, p. 34), um dos pontos estruturais que permeiam a situação dos descendentes dos antigos quilombos no Brasil é a carência de informações sistematizadas referentes à distribuição dessas comunidades no território e estudos direcionados para investigar a questão numa abordagem geográfica.

A sede da associação é um espaço que a comunidade utiliza para seus encontros sociais e políticos, (figura 3), onde são realizadas reuniões mensais com todos os membros associados¹³, é um espaço coletivo, esse entendido e apropriado como elemento constituinte do território, onde são realizadas as ações do grupo, sendo estabelecida a partir da apropriação do espaço de forma concreta ou abstrata.

¹³ A associação dos Moradores de Caiana dos Crioulos, foi instituída no ano de 1986, atualmente possui aproximadamente 108 associados, foi estabelecido em assembléia que cada associado contribuisse mensalmente com de R\$ 2,00 (Dois Reais), para cobrir despesas que envolvam interesses em comum e nas realizações de festas para seus associados. Todos os sócios são assistidos com o Programa do Governo Nacional, o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan).



Fig. 3: Sede da associação de Caiana dos Crioulos.
 Autoria: Diego Silvestre - Outubro de 2010.

Ao se reunirem para discutir a situação da demarcação das suas terras e os mecanismos e as ações que conduziram a alcançar esse objetivo, ou mesmo quando estes usam esse espaço nas comemorações das suas atividades culturais, os caianeses territorializam este espaço, e são reveladas as relações de poder existentes dentro desse território.

Ao estudar a relação de poder estabelecida num determinado território, Raffestin (1993, p. 144) afirma que “evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder”.

Nessa perspectiva, o espaço por si não adquire nenhum valor, pois só a partir do seu uso, das relações existentes, si torna um território, sendo-lhe atribuído um significado e um valor, coexistindo a luta de poder estabelecido no território. Sendo assim, a Comunidade de Caiana dos Crioulos, por meio das ações e relações inscritas nesse território, desenvolve sua territorialidade.

A associação é considerada, um espaço de conquista e de representatividade para o grupo, expressa a materialização da sua organização social e política. Outra representação de conquista para os moradores é a Escola Municipal de Ensino Fundamental Firmo Santino da Silva, (figura 4). Através das entrevistas realizadas com os caianenses, fomos informados que as crianças da comunidade frequentam essa instituição de ensino, pois é a única de melhor acessibilidade para os moradores, mas conforme os relatos, a mesma não está preparada para receber adequadamente o alunado.



Fig. 4: Escola Municipal Firmo Santino da Silva
 Autoria: Jussara Santana - Outubro de 2010.

De acordo com os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2009, a Escola localizada na comunidade obteve o menor índice de aproveitamento no processo de ensino e aprendizagem no estado, com 0,5% e na classificação Nacional obteve o segundo pior lugar¹⁴. Para as mulheres da comunidade, a falta de interesse dos professores e a constante falta de aulas por motivos não justificáveis contribuem para o desinteresse dos alunos e, conseqüentemente para o resultado negativo no processo de ensino e aprendizagem dos discentes.

A falta de aplicabilidade nas políticas públicas, direcionadas para esse segmento da sociedade, vem contribuir para uma formação com déficit na concretização do processo de ensino e aprendizagem dos alunos da comunidade, representadas através dos baixos índices de rendimento escolar dos seus discentes.

A escola é um símbolo de conquista para os caianenses, mas quando a mesma não mantém uma relação de troca de aprendizagem e ensino entre seus alunos e a comunidade, a mesma não produz a realidade vivenciada pelos seus alunos, e deixa de ser uma representação política e social para todos os caianenses.

Conforme as entrevistas e os depoimentos, a terra assume duas representações: terra, para a reprodução material (sobrevivência) e a terra simbólica, responsável por um sentimento de identidade, pertencimento ao lugar, representada através das ações e das relações sociais que se desenvolvem na construção do território desses remanescentes de

¹⁴ O Ministério da Educação (MEC) criou em 2007 o (IDEB), um indicador para avaliar o sistema de ensino básico em todo o país. São avaliadas as taxas de aprovação nas instituições de ensino tanto de escolas públicas quanto de escolas privadas. Essa avaliação é realizada a cada dois anos, pelo MEC, nos ciclos 1 e 2 do ensino fundamental, que corresponde as séries do 6º a 9º(fases finais) e do 1º a 4º (fases iniciais). Utilizando uma escala de 0 a 10. A meta estipulado pelo Governo Federal que esse índice seja de 6 pontos no ano de 2022.

quilombos. De acordo com Tuan (1993, p. 151), “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”. São esses significados com o lugar, que estabelece aos membros da comunidade, o significado de pertencimento e onde se constrói sua territorialidade.

De acordo com Santos (2007, p. 13), o território é o lugar onde desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as franquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência, o território usado.

A questão da terra e o acesso à mesma ganham maior expressão nos debates mais atuais no contexto político e social do Brasil, através de estudos sobre populações tradicionais, incluídas nessa categoria as indígenas, quilombolas, faxinais, babaqueiras, etc. Na contemporaneidade, esses novos sujeitos sociais encontram espaços de debates em instituições de ensino, pesquisa e extensão, e em espaços representativos de poder como o Senado Federal, as Câmeras Legislativas estaduais e municipais. Destacaremos no tópico seguinte, estudos relacionados às **terras tradicionalmente ocupadas**, que ganham visibilidade na Constituição Federal de 1988 e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Enquanto aguarda a demarcação das terras, a comunidade de Caiana dos Crioulos reafirma sua identidade étnica, representada através das manifestações culturais, presentes no dia a dia de todos, evidenciadas nas suas músicas, na ciranda, nas festas religiosas e comemorativas, nos casamentos e demais símbolos e mitos intrínsecos à memória individual e coletiva dos caianenses, a fim de assegurar a alteridade do grupo. Essas práticas são externalizadas nas práticas recorrentes ao cotidiano do grupo e, na busca da autonomia, reafirmada a partir das relações de poder e das ações que são materializadas no território.

No estudo apresetado por Bonnemaion (2002, p. 96-97), ao estudar o território dos povos melanesianos da ilha de Vanuatu, o autor destaca a cultura e a etnia como elementos fundamentais para a constituição do território e da territorialidade:

A idéia de etnia e de grupo cultural interessa ao geógrafo porque produz a idéia de um “espaço-território”. De fato, a territorialidade emana da etnia, no sentido de que ela é, antes de tudo, a relação culturalmente vivida entre o grupo humano e uma trama de lugares hierarquisados e interdependentes, cujo traçado no solo constitui um sistema espacial- dito de outra forma, um território.

Para os moradores de Caiana dos Crioulos, o fato de pertencerem ao mesmo grupo étnico, traz a unidade do grupo, pois eles compartilham um pertencimento étnico e uma história comum, que é passada pela sua hereditariedade, através do compartilhar de práticas culturais vividas no território e com seus membros. Observado através das atividades desenvolvidas no interior do grupo, circunscritas na sua forma de falar, vestir, dançar e outras expressões da sua cultura, (figura 5), na apresentação das cirandeiras, em comemorações e festividades, nessa ocasião os caianenses estão comemorando o Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, esta data já faz parte do calendário oficial dos caianenses.



Fig. 5: Apresentação da ciranda em Caiana dos Crioulos,
Fonte: Acervo da AACADE/ 2003

As festas de casamentos também são consideradas pelos membros como um símbolo de identidade cultural dos moradores. A noiva segue numa espécie de cortejo da casa de seus pais, em direção à igreja matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem (figura 6), no município de Alagoa Grande.



Fig. 6: A noiva a caminho da igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem
 Autoria: Alecsandra Moreira - Janeiro de 2008

As festas religiosas também são integradas ao calendário anual do grupo. Nessa ocasião, a comunidade em todo o mês de maio comemora o Mês Mariano, (figura 7) dedicado a Maria, mãe de Jesus. São realizadas missas na igreja de Nossa Senhora de Santa Luzia, localizada na Comunidade.



Fig. 7: Celebração do Mês Mariano, capela de Santa Luzia na Comunidade
 Autoria: Jussara Santana - Maio de 2011

Através das práticas culturais realizadas no cotidiano dos moradores de Caiana dos Crioulos, vemos que essas têm por finalidade manter os costumes e as tradições vivas na vida do grupo. Conforme as depoentes, essas práticas fazem parte da tradição, foram ensinados pelos mais velhos do grupo, então, são passados agora para os mais jovens da comunidade.

De acordo com a pesquisa realizada, sobre comunidades quilombolas no estado da Paraíba, foi visto que essas comunidade de remanescentes de quilombos buscam através

da resistência e da preservação da cultura se manter enquanto indivíduos e grupo. Nesse sentido, é passível afirmar que na Paraíba esses territórios expressam uma territorialização étnica.

Conforme pesquisa realizada na Fundação Cultural Palmares e no INCRA/PB, no Estado da Paraíba existem 34 comunidades remanescentes de quilombos certificadas a partir de 2004 (Ver tabela 2).

A auto-identificação é a primeira etapa do processo para a certificação, atribuição exclusiva da FCP, de acordo com a Instrução Normativa Nº 49/2008. Mediante esses procedimentos, a comunidade está apta a receber a Certidão de Registros no Cadastro Geral de Remanescentes de Quilombos. Atualmente, no Estado, estão sendo realizados os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) nas comunidades Caiana dos Crioulos, Grilo, Matão, Pedra D'Água e Paratibe. O processo de territorialização das comunidades quilombolas na Paraíba mostra que a presença e mobilidade da mão-de-obra africana se fez de forma expressiva nas quatro mesorregiões do estado, conforme observamos na figura 8.

Tabela 2 – Comunidades Remanescentes de Quilombos na Paraíba

Mesorregião	Município	Comunidade	Data de Publicação no DOU
Zona da Mata Paraibana	Conde	Mituaçu	19/08/2005
		Ipiranga	12/05/2006
		Negra de Gurugi	28/07/2006
Agreste Paraibano	João Pessoa	Negra de Paratibe	28/07/2006
	Dona Inês	Cruz da Menina	10/04/2008
	Gurinhém	Matão	25/05/2005
	Ingá	Pedra D'Água	25/05/2005
	Riachão de Bacamarte	Grilo	12/05/2006
	Serra Redonda	Negra de Sítio Matias	28/07/2006
	Alagoa Grande	Caiana dos Crioulos	08/06/2005
Sertão Paraibano	Areia	Engenho do Bonfim	25/05/2005
		Engenho Novo Mundo	19/11/2009
		Negra de Barreiras	07/06/2006
	Coremas	Negra de Mãe D'Água	07/06/2006
		Negra de Santa Tereza	07/06/2006
		Barra de Oitis	19/11/2009
	Diamante	Sítio Vaca Morta	14/10/2009
	Cacimbas	Serra Feia	05/05/2009
	São Bento	Negra de Contendas	07/06/2006
	São José de Princesa	Sítio Livramento	02/03/2007
	Manáira	Fonseca	19/11/2009
	Tavares	Domingos Ferreira	04/08/2008
	Cajazeirinhas	Umburaninhas	07/06/2006
		Vinhas	20/01/2006
	Catolé do Rocha	Curralinho	13/12/2006
		São Pedro de Miguéis	13/12/2006
		Negra Rural Lagoa Rasa	28/07/2006
	Cajazeirinhas	Umburaninhas	07/06/2006
Borborema	Livramento	Sussuarana	09/12/2008
		Areia de Verão	09/12/2008
		Vila Teimosa	09/12/2008
	Nova Palmeira/Picuí	Serra do Abreu	04/11/2010
	Várzea	Pitombeira	08/06/2005
	Santa Luzia	Serra do Telhado	04/06/2004

Fonte: Fundação Cultural Palmares
Organização: Diego de Oliveira Silvestre

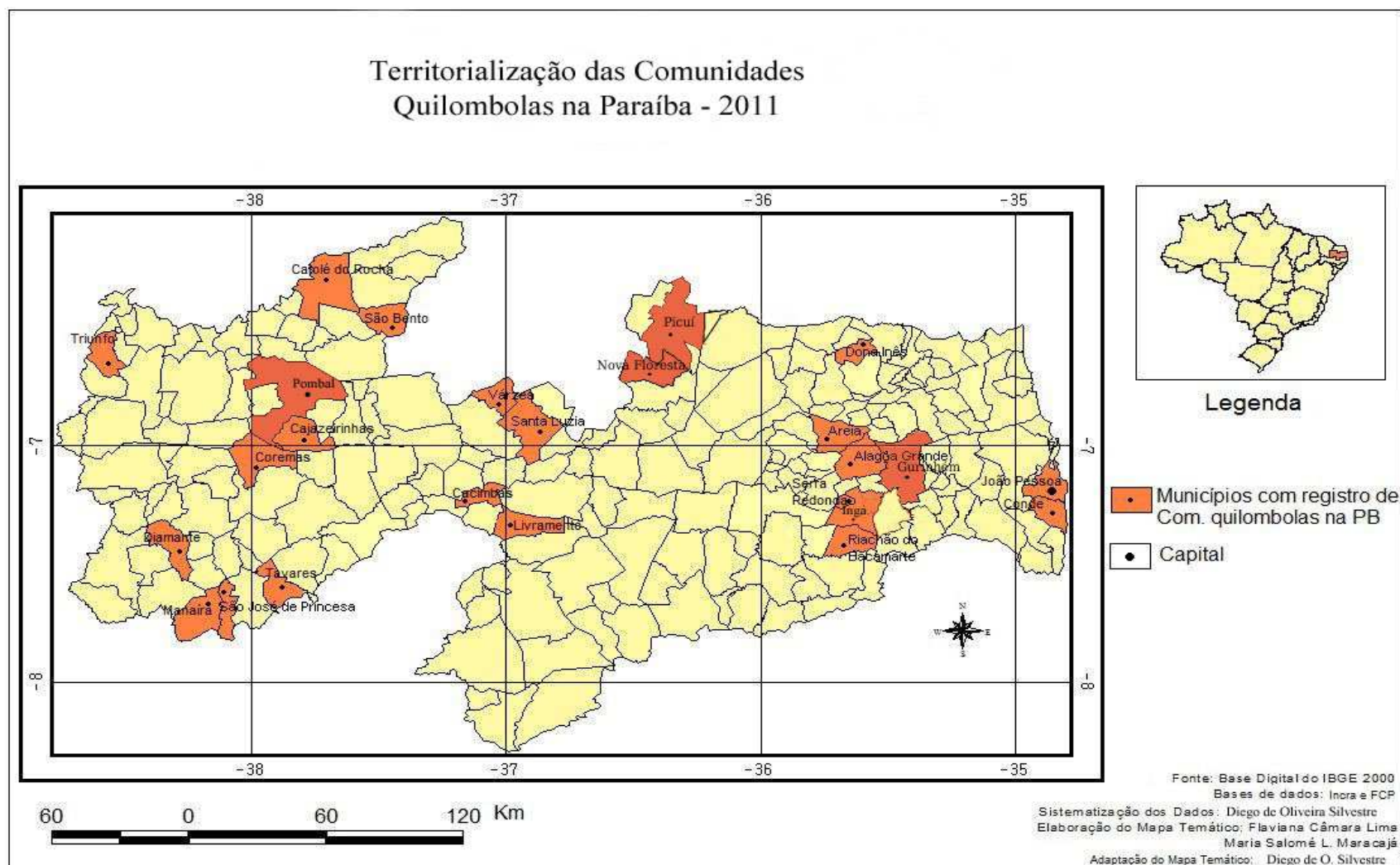


Fig. 8: Mapa da territorialização das comunidades negras na Paraíba

Segundo os registros orais dos entrevistados, não foi mapeada uma parte das terras circunvizinhas à comunidade de Caiana dos Crioulos, conhecida como a fazenda Sapé¹⁵ (figura 9), petenente aos três herdeiros de Ney Arruda Câmera. Essa Fazenda é citada, nos depoimentos dos entrevistados, como as terras onde seus pais e avós trabalharam e que historicamente seus descendentes também as utilizam. Até 2002 pagaram o foro, uma renda exigida pelo proprietário para utilização da mesma.



Fig. 9 - Fazenda Sapé e as áreas de plantio da comunidade de Caiana dos Crioulos
 Autoria: Diego Silvestre - Maio de 2011.

De acordo com as informações da antropóloga do Incra, Maria Ester Fortes, vinculada ao setor de regularização das terras quilombolas do Incra/PB, para dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos nas comunidades quilombolas, foi necessário realizar parcerias com a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Também relata a colaboração recebida da antropóloga do Incra - AC, para a elaboração do laudo antropológico da comunidade de Paratibe, localizada no município de João Pessoa, considerada o segundo quilombo urbano, numa área de grande disputa territorial e de especulação imobiliária. A outra comunidade quilombola na zona urbana é a comunidade do Talhado, localizado no município de Santa Luzia, na mesorregião da Borborema.

¹⁵ Conforme atesta os depoimentos da Técnica do INCRA/PB, responsável pelo setor de Regularização de territórios quilombolas e pela elaboração do segundo Laudo Antropológico, Maria Ester Fortes. De acordo com os relatos orais dos moradores de Caiana dos Crioulos, as terras da fazenda Sapé possuem forte ligação com a memória coletiva dos membros da comunidade. As terras permanecem sendo utilizadas para agricultura de subsistência do grupo, onde persistem as mesmas práticas realizadas pelos mais antigos da comunidade, sendo para os caianenses um meio de manter vivo os costumes e os ensinamentos dos seus ancestrais.

A partir de 1987, O INCRA/PB realizou o processo de reforma agrária em terras circunvizinhas à comunidade de Caiana dos Crioulos. Atualmente, são áreas de assentamento rural denominadas de Caiana e Sapé.

Mediante os depoimentos dos moradores, algumas famílias da comunidade de Caiana dos Crioulos também foram contempladas com o processo de reforma agrária, nos assentamentos que circundam as terras de moradia dos caianenses. Os mesmos relataram que o Incra/Pb não realizou um bom trabalho. Eles não estavam cientes da real situação que envolvia a disputa das terras do quilombo de Caiana dos Crioulos; mas mesmo com a atitude errônea da instituição, eles procuram manter um bom convívio entre os caianenses e os assentados pela reforma agrária.

Atualmente, essas terras da Fazenda Sapé estão sendo requisitadas pelos caianenses, através da elaboração do segundo laudo antropológico. A solicitação parte da insatisfação dos membros da comunidade, pois na ocasião da elaboração do primeiro laudo, as terras da fazenda Sapé não foram inseridas no mapeamento, (figura 10). Segundo as informações dos moradores, essas terras pertenceram aos seus ancestrais.



Fig.10: Toda a família participa da limpeza do roçado na fazenda Sapé
Autoria: Maria Ester Fortes - fevereiro 2011

Todos os moradores fazem referências às terras que seus antepassados usavam para trabalhar e com o tempo foram vendidas (troçadas) por alimento. Devido os períodos de estiagem na região, os seus ancestrais foram obrigados a vender ou mesmo trocá-las por uma cuia de farinha, denotando a situação de extrema necessidade que os moradores enfrentavam nesses períodos.

Não possuindo terra suficiente para manter suas necessidades básicas de alimentação, os moradores também utilizam as terras dos seus quintais (figura 11). Todas as casas de Caiana possuem uma roça, repartem o terreno com as plantações de milho, feijão e, às vezes, mandioca.



Fig.11: O plantio da roça no quintal da casa
Autoria: Jussara Santana - Maio de 2011

No tocante aos trabalhos realizados nas roças, esses são feitos anualmente, e não dependem de um grande número de trabalhadores (as). Pois uma das características da agricultura familiar é ser doméstico. Em Caiana dos Crioulos as tarefas são divididas entre os membros das famílias. Ao pesquisar sobre a agricultura camponesa, Alexander Chayanov (1985) declara que o produto camponês é único e tende a satisfazer a necessidade e consumo dos membros da família.

Em Caiana dos Crioulos, a atividade da agricultura é praticada desde a formação inicial da comunidade. De acordo com o Fialho (1998),¹⁶ a história sobre a origem da comunidade está presente na oralidade de seus moradores, os quais relatam que os primeiros habitantes teriam vindo do município de Mamanguape, seguindo o curso do rio que tem o mesmo nome, e faz fronteira com Alagoa Grande; a outra hipótese diz respeito a uma rebelião na Baía da Traição, ocorrida por ocasião do desembarque de um navio negreiro; outra suposição vem da campanha abolicionista que ocorreu no município de Areia e a última está associada ao massacre no Quilombo dos Palmares.

¹⁶ Conforme o Relatório de Identificação, realizado pelos pesquisadores, PAIVA, Ricardo de; FIALHO, Vânia R. F. Convênio firmado entre a Fundação Cultural Palmares e Universidade Federal de Alagoas.

Através dos trabalhos de campo realizados em Caiana dos Crioulos sobre a origem de Caiana dos Crioulos, verificamos que a mesma está baseada nos relatos orais e em importantes fontes históricas, que possibilitaram entender como a comunidade tenta através dos seus mitos construir sua identidade.

A principal fonte da origem histórica da comunidade de Caiana dos Crioulos são os relatos orais apresentados por seus moradores, que buscam através do cotidiano das atividades desenvolvidas no interior das famílias e na vida coletiva enquanto grupo reafirmar sua identidade étnica e territorial. Essas concretizadas no território através das suas festas, músicas, danças, nos casamentos parentais, na preparação dos alimentos, na ajuda mútua entre os membros da comunidade, sendo identificadas na vida dos caianenses.

Os trabalhos acadêmicos citados no decorrer do texto, trazem reflexões sobre a importância em estudar esses novos sujeitos sociais e como esses são representados por todo um discurso elaborado no Brasil em relação às abordagens ideológicas construídas sobre as relações racias/étnicas e as questões de gênero existentes no interior da sociedade brasileira.

É nesse contexto, de reafirmar a identidade étnica do grupo, que verificamos que a mulher caianense desempenha um papel importante na estrutura social da comunidade, evidenciadas através das relações mantidas no interior da mesma, sejam estas nos trabalhos desenvolvidos nos roçados, no núcleo de suas famílias e nas atividades culturais desempenhadas no interior do grupo e nos espaços fora da comunidade.

CAPÍTULO III: A MULHER QUILOMBOLA, SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA E IDENTIDADE ÉTNICA

3.1 Discutindo gênero

No Brasil, os estudos sobre a mulher e as teorias feministas são perceptíveis no cenário social e político a partir da década de 1970. A progressiva inserção no mercado de trabalho, maior participação no ensino superior e, conseqüentemente, na economia do país proporcionam sua projeção e visibilidade social no decorrer dessa década, marcada por mudanças na estrutura socioeconômica e cultural da sociedade brasileira.

Numa sociedade patriarcal, machista, sexista e discriminatória, como a sociedade brasileira, a mulher sempre esteve subjugada à vontade masculina, ocupando apenas o lugar de esposa e mãe, vendo negligenciar qualquer outro aspecto da sua vida como integrante da sociedade. No que diz respeito à cidadania, a mulher obteve o direito ao voto no ano de 1934, do então governo de Getúlio Vargas, após algumas mobilizações e reivindicações das mulheres a favor do reconhecimento de seus direitos civis.

Também podemos destacar a Constituição de 1988, em que as mulheres foram contempladas com algumas das principais reivindicações, pois a Constituição preconiza a igualdade de todos perante a lei, o direito à licença maternidade, a inserção aos debates relacionados à mulher, mais especificamente sobre trabalho, violência, políticas de gênero e de etnia, dentre outras conquistas garantidas para esse segmento da população.

Ao debater sobre a concepção e a formação dos movimentos feministas no Brasil, Ferreira (2006, p. 27) diz que: “Os primeiros passos do movimento feminista no Brasil resgatam a imagem de Nísia Floresta, uma das maiores representantes do século XIX, pelo acesso das mulheres à educação e ao usufrúgio”. A partir das primeiras inserções das mulheres como professoras primárias, ocorreu certa “*Feminização do magistério*”.

No país, as influências advindas pelos ideais das feministas européias e norte-americanas foram decisivas nas discussões sobre a temática da mulher na sociedade brasileira, tomadas inclusive como modelo para as feministas brasileiras no tocante a sua organização e mobilização.

Em resposta aos contatos com as feministas européias e americanas, surgiram no país às primeiras organizações e posteriormente algumas instituições¹⁷ que tiveram como papel principal o estudo da emancipação da mulher. Porém, essas reivindicações surgiram dos movimentos das mulheres da alta sociedade, da classe média e de outras envolvidas com o partido de esquerda. Inicialmente, suas inquietações não questionavam a ordem, a dinâmica econômica e as desigualdades sociais tão presentes no contexto da vida social dos brasileiros.

As últimas décadas do século XX são marcadas por mudanças socioeconômicas na sociedade brasileira: o fim da ditadura militar, a maior inserção da mulher no mercado de trabalho e a participação dos movimentos sociais em favor de políticas específicas para atender essa “minoría”, no decorrente do processo de exclusão social. Observamos que essa exclusão é mais expressiva na população negra do Brasil, reflexo do sistema de escravização dos africanos e dos seus descendentes, que na atualidade acentuam as desigualdades de oportunidades entre esses dois grupos étnicos.

O movimento feminista, ao trabalhar a categoria gênero, trouxe para o debate o papel da mulher dentro das relações sociais entre os sexos, pois essa nova visão do feminino, o gênero, é sinônimo de “mulher”. Nessa análise que se faz sobre o universo feminino não mais o separa do masculino. Como afirma Scott (1990, p. 164): “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”.

Conforme os estudos de Scott (1990), a adoção dessa nova abordagem dos estudos do feminino, poderiam ser chamados de uma procura por legitimidade acadêmica para os estudos feministas dos anos de 1980. Sendo assim, essa nova forma de estudar o feminino traz novidade para o estudo das Ciências Sociais, sendo atribuída à categoria gênero uma característica relacional que permite a descoberta do outro.

A questão da individualidade e o respeito às diferenças, quer seja no âmbito biológico, comportamental e emocional são vistos sob a perspectiva da alteridade, o respeito a individualidade do ser humano. Essas verificadas através das relações com a família, com o seu conjugue e principalmente nas atividades relacionadas ao mercado de trabalho.

¹⁷ Cf. Ferreira, Ana Paula Romão de Souza, 2006, p. 29. No Brasil, sob a organização de Bertha Lutz, influenciada pelo movimento feminista da Europa e dos Estados Unidos, com outras mulheres, organiza o movimento sufragista e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 1922. Em 1929, surge a União Feminina de Mulheres Universitárias, em 1931 e 1934; a Obra de Fraternidade da Mulher Brasileira e a União Feminina do Brasil em 1935.

Bruschini (1990), ao pesquisar gênero e a participação da mulher no mercado de trabalho, afirma que: “Gênero é um modo de se referir à organização entre os sexos. Numa rejeição total do determinismo biológico [...] é uma categoria relacional que define homens e mulheres uns em relação aos outros”. Com as transformações ocorridas no contexto econômico, político e social, na atualidade, a mulher, mediante algumas conquistas, vem assumindo novos papéis na sociedade. Na tentativa de romper com o preconceito de gênero, ainda definem alguns padrões de conduta da sociedade machista.

Os estudos sobre gênero trazem para o debate político, questionamentos imprescindíveis para a construção de políticas específicas para esse grupo, tendo como um dos seus objetivos garantir estratégias e políticas que contemplem suas especificidades.

Outro fato importante diz respeito à participação da mulher no mercado de trabalho. A mão-de-obra feminina vem sendo intensa, no decorrer dos anos. De acordo com a pesquisa de Bruschini (1998, p. 2), a intensificação do trabalho feminino e os espaços ocupados por esse segmento no mercado de trabalho vêm sendo expressivos a partir da década de 1970, e destaca alguns fatores que contribuíram para a inserção dessa mão de obra no mercado Nacional.

De acordo com as pesquisadoras Azerêdo (1994), Carneiro (1995) e Caldwell (2000), apesar dos estudos já estabelecidos nos debates sobre a temática de gênero no Brasil, as feministas brancas, não incorporaram, na maior parte dos estudos de gênero, a questão da raça em suas pesquisas, levando as teorias feministas da academia a uma ausência e um silenciamento acerca de questões pertinentes às especificidades das mulheres negras brasileiras; as categorias gênero e etnia, não fazem parte da maioria dos estudos feministas, as questões que envolviam a temática de gênero e raça não tiveram os mesmos impactos dos estudos ocorridos nos Estados Unidos e na Inglaterra, em que as discussões sobre as teorias raciais e feministas estavam mais incorporadas em seus debates.

Samara (1997, p. 14), ao abordar as questões específicas sobre as mulheres negras nos debates sobre o gênero, indica a necessidade de “estar atenta às diferenças entre homens e mulheres, entre gênero e raça, entre gênero e classe, entre gênero e cultura [...]”.

Conforme os estudos de Caldwell (2000, p. 94). A autora destaca:

Ao contrário, se e quando o assunto de diferença racial é trabalhado, isso é feito em geral por ativistas ou pesquisadoras negras. Sem contar que o fato de as mulheres negras constituírem uma pequena minoria nas universidades tem dificultado o desenvolvimento da pesquisa acadêmica sobre a mulher negra.

As principais reivindicações surgiram das mulheres negras que estavam envolvidas e participavam dos movimentos feministas e como ativistas do Movimento Negro Unificado. Dentre estas, destacamos as participações de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento. Ao abordar sobre o silenciamento tanto do MNU, quanto dos movimentos feministas no Brasil, González (1985 *apud* RATTS, 2010, p. 9) afirma que:

Todas nós, sem jamais termos nos distanciado do movimento negro, continuamos a discutir as nossas questões específicas junto aos nossos companheiros, que muitas das vezes nos tentavam excluir dos níveis de decisões, delegando tarefas mais “femininas”. Desnecessário dizer que o MN não deixava (e nem deixou ainda) de reproduzir práticas originárias mistas, sobretudo no que diz respeito ao sexismo.

Percebemos que muitas de nós continuamos esquecidas e silenciadas ideologicamente e representadas de forma inferior; duplamente discriminadas pela condição de mulher e negra, cuja trajetória é marcada por circunstâncias conflituosas tanto em relação ao mercado de trabalho, quanto na relação sexista e nos relacionamentos étnicos e interétnicos.

É nesse contexto que, no Brasil, ao fazermos uma breve trajetória dos estudos de gênero, surgem também reivindicações colocadas pelas mulheres negras, no que diz respeito à ausência da etnia na maior parte dos estudos sobre a mulher no Brasil e a implicação que esse esquecimento ou falta de atenção causou aos estudos de gênero, pois para as feministas negras a pouca representatividade das pesquisadoras negras dentro da academia leva a uma secundarização do tema, ficando a maior parte das pesquisas realizadas no país ao encargo de ativistas negras envolvidas nos movimentos feministas e negro.

Por conseguinte ao trabalhar com as categorias gênero e etnia destaca-se a importância de estudar a relação dessas duas categorias para compreender a construção do estigma brasileiro em relação à mulher negra e o papel que ela deve ocupar na sociedade.

Ao abordar a questão de gênero na Comunidade de Caiana dos Crioulos, é perceptível que as mulheres caianenses desenvolvem diversos papéis dentro do núcleo familiar. De acordo com os relatos obtidos nas entrevistas, a ausência do esposo, que se desloca para trabalhar fora da comunidade, leva a mesma a assumir por diversas vezes o papel de chefe de família¹⁸, por ser a única responsável durante a ausência do esposo pela organização da família. Outra situação em que assumem o papel de chefe da família é em

¹⁸ Cf. Bruschini (1990, p. 40).

decorrência de viuvez. Ambas as situações encontramos em Caiana, conforme ilustra o relato a seguir:

Ah! Minha fia, aqui, a vida é dura, agente acorda cedo, pra trabalhar, vou todo dia no roçado lá no Sapé, tenho um roçadinho lá, com meus filhos, a Maria de Jesus, o José Alcides e Patrícia, Maria de Jesus e Alcides são casados, mais o marido dela trabalha fora, em Queimadas, então ela planta com eu. Planto aqui também no quintal, a terra lá é pouca, tem que fazer a roça aqui também, planto lá e aqui o feijão candú, fava e o milho, têm umas galinha, é assim, eu gosto me acostumei assim. (Declaração Verbal Josefa Joana da Conceição, maio de 2011).

A migração em busca de trabalho é intensa na Comunidade de Caiana, principalmente em direção ao Sudeste, especialmente rumo à cidade do Rio de Janeiro, mas muitos migram para a capital do estado, em João Pessoa, ou cidades circunvizinhas a Alagoa Grande, pois a oportunidade em regressar para a família torna-se mais fácil nos feriados prolongados e quinzenalmente retornam para visitar seus familiares. Conforme as entrevistas, apenas um caso de ser a mulher a responsável pela manutenção da família, em virtude do falecimento do seu cônjuge, as demais situações é decorrente da ausência do esposo, por trabalhar fora da comunidade.

Ao estudar a migração e a questão das mulheres responsáveis por domicílio, nas regiões Norte e Nordeste do país, por ocasião da migração masculina para os centros urbanos da região sudeste, Scott (2007, p.427) constatou que dentre as regiões norte e Nordeste a proporção de mulheres responsáveis por domicílio, no Nordeste, por estado, segue a seguinte ordem: Sergipe, Bahia, Pernambuco e Paraíba.

Durante as entrevistas e em conversas informais realizadas no campo, tive conhecimento que devido à intensificação da migração para a cidade do Rio de Janeiro, os moradores consideram que no Rio de Janeiro, no município de Santa Cruz, existe outra Caiana dos Crioulos, segundo os relatos que se seguem.

Meu filho mora no Rio de Janeiro! Há um bom tempo! Já tenho dois netos, [...] olha aqui, vou pega a foto pra tu vê, existe muita gente daqui morando lá, eu merma já fui visitar ele, mais voltei, eu gosto é daqui, do nosso lugar, sou acostumada aqui, aqui eu nasci, casei, criei meus fios e aqui vou morrer ta nega! (Declaração verbal Noemi Ursulina do Nascimento, maio de 2011).

[...] Esse povo novo só quer ir pru Rio de Janeiro, diz que lá é bom não querem ficar aqui não, [...] Como tudo lá também é parente eles moram tudo perto, lá é outra Caiana! É o que eles falam. (Declaração verbal, Manoel Quirino dos Santos, outubro de 2010).

Conforme os relatos dos moradores mais velhos, todos afirmaram que já vivenciaram a experiência da migração: de viver fora da família e longe do convívio dos seus parentes. Relatam que a saudade é grande e se não fosse o apoio dos familiares, eles não suportariam a distância. O que minimiza a dor da saudade dos familiares é saber que através do seu trabalho podem diminuir as dificuldades financeiras. O dinheiro é depositado por quinzena ou mensalmente, depende do contrato firmado entre ele e o contratante. As esposas e os filhos sofrem com a distância do chefe da família, entretanto por mais triste que seja essa situação é vivida por todas as famílias de Caiana dos Crioulos.

A inserção desses trabalhadores ocorre majoritariamente na construção civil e nos serviços congêneres da construção civil no país. Eles exercem suas atividades como auxiliar de pedreiro, na aplicação do gesso, ou como ajudantes de cozinha na capital do estado. Esses relatos vêm confirmar o que já revelara outras pesquisas, com respeito à ocupação dos negros e pardos no mercado de trabalho: a população negra do Brasil está inserida no setor de serviços¹⁹, as mulheres nos serviços domésticos e os homens na construção civil.

Com base nas entrevistas realizadas, foi possível verificar que, das 10 mulheres entrevistadas, 40% são analfabetas, 6,7% sabem apenas escrever seu nome, 36% possuem o ensino fundamental incompleto e 6,7% concluíram o ensino médio. Mesmo sendo muito alto o índice de analfabetismo entre os membros da comunidade de Caiana dos Crioulos, é visível a preocupação das mães em manter seus filhos na escola. São cientes das limitações impostas pela sociedade em relação à instrução que a pessoa negra deve ter na nossa sociedade, principalmente quando vão pleitear sua inserção no mercado de trabalho.

Ao analisar o Desenvolvimento Econômico e as Relações Raciais no Brasil, Paixão (2006, p. 51) afirma que:

[...] são os negros e as negras os que mais padecem de problemas como o desemprego, o trabalho informal e precário e as piores condições de acesso aos bens de uso coletivo; são os que mais sofrem com o problema da violência policial; os que apresentam menor esperança de vida ao nascer e maior taxa de mortalidade infantil; os que têm menos acesso a terra e ao crédito; os que mais sofrem com o trabalho infante-juvenil; e os que mais intensamente

¹⁹

Ver Lima (2006).

estão ocupados em setores e funções de baixo prestígio e status, como a construção civil e o serviço doméstico.

Conforme os resultados apresentados por Paixão (2006) verificaram que, o fato de termos a ascendência africana nos coloca a possibilidade de vivenciarmos algumas dessas situações listadas pelo pesquisador. Acreditamos que, com o acesso à educação de qualidade, é possível ocorrer mudanças da atual realidade de considerável parcela da população do país.

A Comunidade de Caiana dos Crioulos têm conhecimento das limitações impostas no tocante a sua inserção na sociedade, pois, a mesma, sofre também com o processo de exclusão social, verificada através dos índices de desigualdades sociais existentes entre a população negra e branca do país e representada na construção das estruturas sociais das relações de gênero e raça no país.

3.2 Relações raciais e de gênero no Brasil

Quando nus vê na cidade, fala assim: A mata pegou fogo! Pois todos os macacos saiu da mata! [...] agente sofre muito com o preconceito das pessoa, eles olha pra gente com medo, acha que somos bicho, não somos bicho não, somos gente, só porque somos nego, agente sofre muito, nega! (Declaração verbal, Noemi Ursulina do Nascimento, outubro de 2010).

De acordo com estudos realizados no Brasil sobre gênero e raça, algumas pesquisadoras brasileiras, principalmente negras, a partir da década de 1980, influenciadas pelas pesquisadoras negras dos Estados Unidos, começam a estudar as particularidades do estudo de gênero e as relações raciais no país, dentre essas destacamos: Azerêdo (1994), Carneiro (1995), Nascimento (1976), Gonzalez (1982), Ribeiro (2008), Giacomini (1994), Wallace (1994) e Caldwell (2000), que contribuíram consideravelmente para as teorias feministas no tocante a gênero e raça, nas produções acadêmicas, colaborando na elaboração de projetos políticos específicos para mulheres, ressaltando a diversidade étnica, cultural, racial e sua inserção social, promovendo a equidade dos grupos distintos²⁰.

A partir do que nos revela as pesquisas socioeconômicas e dados divulgados sobre políticas públicas, podemos constatar, alguns reflexos positivos da atuação dos movimentos feministas, das Organizações Mundiais, da organização da sociedade civil, e

²⁰ Ver II Plano Nacional de Políticas para a Mulher-PNPM (Produto da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres) e o Relatório de Gestão 2003-2006, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção para Igualdade Racial, (Seppir).

dos sujeitos envolvidos na luta por seus direitos, têm somado esforços para transformar a realidade social em nível global. Esses consideram as diferenças regionais, locais, culturais, sociais, buscam elaborar estratégias e instrumentos que viabilizem suas ações no contato com os grupos envolvidos, com o objetivo de auxiliá-los, com o propósito de atender suas demandas e ações junto ao governo nas distintas instâncias administrativas.

Mas, para alcançar resultados significativos, é necessário que haja mobilização e unidade entre os diversos grupos afetados, sejam estes das mulheres negras, dos homens negros, das crianças, idosos e demais grupo que se considere em risco, que reivindicam por justiça social no Brasil.

Por meio da sua pesquisa, Silva (1998, p.3) chama nossa atenção e apresenta experiência de mulheres que vivem no dilema brasileiro das condições de gênero e das relações raciais no país. De acordo com a autora, o referido estudo teve a participação de mulheres do estado do Sul, envolvidas tanto nos movimentos de mulheres quanto no movimento negro, pois uma das finalidades da pesquisa era apreender as relações de gênero e raça e as lutas enfrentadas por esse grupo em superar a invisibilidade numa sociedade racista e machista. Ao ser indagado sobre o que significa ser mulher negra no Brasil, a pesquisadora obtiveram do grupo as seguintes afirmações:

[...] não viver e aguentar discriminação todos os dias; engolir duro para não chorar em público, especialmente sendo pobre; ser discriminada pelo sexo e pela cor, pelo homem negro e pelos brancos; ser oprimida... Colocada em lugar de submissão; "ter dificuldade em arrumar emprego; ser explorada pela mulher branca que não paga o mínimo para a empregada doméstica"; "não ser reconhecida pela sua capacidade intelectual; ser olhada com indiferença; ser vista como "mulata"? Para ser exibida"; ter que mostrar que é igual aos outros.

Verificamos que no conjunto das leituras realizadas, no tocante a discriminação e o preconceito que envolve a mulher brasileira, estão relacionados à classe social que essas ocupam na sociedade. Nesse sentido, percebemos que as maiores vítimas da discriminação são as mulheres que estão submetidas a uma posição econômica e social desfavorável.

Somos por muitas vezes vistos com um olhar enviesado, pois ser negro em um país que enaltece a miscigenação chega a ser sofrível para os indivíduos. De acordo (CARNEIRO 2002, apud RATTTS, 2009, p. 99,) [...] A dor da cor pode ser a dor do corpo.

Conforme as pesquisas realizadas por órgãos do Governo Federal, Universidades e Instituições Nacionais e Internacionais que trabalham com dados socioeconômicos de uma região, estado, município ou país, verifica-se que a população negra em qualquer dessa escala geográfica apresenta as maiores taxas de analfabetismo, desemprego, doenças e baixa renda e, conseqüentemente, menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), quando esses dados são comparados aos demais grupos étnicos no Brasil²¹.

Conforme os estudos de feministas negras, no início do século XX, as ações de lideranças femininas e sua organização no Brasil e no exterior, como na América Latina e no Caribe, estão colaborando nos debates em instituições privadas e públicas sobre as questões pertinentes a seu grupo étnico, através da criação de propostas políticas e projetos sociais, tanto em nível Nacional quanto internacional para assegurar a essa população políticas de acesso a mobilidade social. De acordo com Ribeiro (2008, p. 98),

Essas situações reproduzidas historicamente impulsionam o movimento feminista em busca de tratamento das questões vinculadas à vida privada como aspectos políticos, demonstrando a complexidade das relações sociais (como sexualidade, violência de gênero, trabalho doméstico etc.). Na luta por direitos, as mulheres buscam romper com a indiferença em torno de questões cotidianas trazendo-as como demandas para a esfera pública.

Porém, as marcas desta história nos deixam resquícios quando são realizados estudos da inserção dos negros no mercado de trabalho e as profundas desvantagens em seus rendimentos se considerados o gênero e a cor.

Em todos os dados que consultamos, a tendência verificada foi de que as mulheres negras assumam os trabalhos menos qualificados no mercado. Verificou-se, ainda, a existência da reprodução da figura da mulher negra ocupando papéis semelhantes aos que suas ancestrais exerceram no passado, ou seja, “os espaços destinados a população negra é os da subcidadania”, estabelecendo lugares específicos, de acordo com o gênero e a cor (GONZÁLEZ e HASEMBALG 1982 *apud* RIBEIRO 2008, p. 989).

No ano de 2007, em “Retratos das Desigualdades - Gênero e Raça,” fez um estudo sobre a presença da mulher negra no mercado de trabalho e a sua posição nessa ocupação. Este trabalho foi idealizado a partir da parceria entre três instituições: O Fundo Nacional das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), o Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) e a

²¹ Conforme estudos do IBGE, Censo Demográfico (2000), O PNAD (2004), Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003), Instituto ETHOS (2006), Fundo para o Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher e Instituto de Pesquisa Aplicada/IPEA (2007).

Secretária Especial de Políticas para a Mulher (SEPM). Nessa pesquisa, essas instituições diagnosticaram que:

Enquanto essas estão mais representadas no trabalho doméstico e na produção para próprio consumo e trabalho não remunerado, os homens ocupam mais postos com carteira de trabalho assinada e de empregador. [...] Destaca-se, ainda, a alta proporção de jovens negras, com idade entre 16 e 29 anos, que são empregadas domésticas – no caso destas faixas etárias, alcançam o dobro da proporção das jovens brancas. No que diz respeito ao número de trabalhadoras domésticas com carteira de trabalho assinada, percebe-se um relativo aumento na porcentagem ao longo da década: em 1996 verificava-se 18,7% para as negras e 23,6% para as brancas; já em 2006 os números passaram a 23,9% e 30,2%, respectivamente. (BRASIL, 2007, p. 98)

Na sociedade brasileira, aqueles que trazem traços demarcatórios de ancestralidade africana (postura, modo de vestir, cabelo) são mais discriminados. Isso fica mais visível se somarmos a essas características o nível de escolaridade. Também as formas discursivas e os ditos populares denotam traços de distinção entre você e o outro, e estão presentes nas falas das pessoas, ao fazerem a seguinte observação: “Ah! Você é uma negra charmosa, tem bom gosto! São situações, “ditas comuns,” como essas, que revelam o mito da democracia racial e o preconceito racial à brasileira, ideologicamente fortificado, consolidado entre os grupos. Tais fatos nos conduzem a pensar que as diferenças existentes no Brasil não são questões de caráter apenas econômico.

Nos espaços sociais ditos comuns a todos se verificam a discriminação racial à brasileira, pois a exclusão da população negra é constante nesses espaços, delegado a essa etnia conforme mencionou Ribeiro (2008), a situação de “subcidadania”. Ao estabelecer a esse segmento da sociedade mínima possibilidade de mobilidade social.

Para Nogueira (1985, p.79-80), as relações raciais no Brasil se desenvolveram a partir do preconceito racial de marca²², ou seja, são considerados apenas os aspectos físicos (fenótipo), ou aparência racial. Elementos físicos de tipo luso-europeu, com maior grau de miscigenação europeia, são bem aceitos pelo grupo discriminador. Nos Estados Unidos, o preconceito racial é de origem²³. O mestiço não é incorporado ao grupo de brancos, é considerada sua ascendência africana. Para o norte americano, a ascendência é o único elemento de distinção de pertencimento étnico²⁴.

²² Ver Nogueira (1985)

²³ Ver Skidmore (1976) e Guimarães (2003).

²⁴ Ver Fry Peter (1991). Ao analisar as diversas maneiras em classificar o indivíduo racialmente, dependendo do objetivo da pesquisa iremos verificar as seguintes formas: O modo dicotômico ou bipolar

A comunidade de Caiana dos Crioulos, como os demais remanescentes de quilombos, busca sua inserção na sociedade através da mobilização dos seus sujeitos, sejam por intermédio dos movimentos sociais, na luta e em resistir às pressões externas. Os caianenses percebem que através da força enquanto grupo, busca reivindicar dos gestores políticos, a elaboração de projetos políticos que atendam as prioridades do grupo, como: o acesso a terra, à educação, ao emprego e à renda, respeitando suas especificidades.

Segundo Nascimento (1976 apud RATTS, 2007, p.105), o acesso à educação representa a possibilidade de mobilização social, isto é, “a educação representa o fator de pressão dos grupos subordinados, visando melhores condições de vida e ascensão social.”

Os efeitos da discriminação racial são perceptíveis nas relações sociais de todas as mulheres de Caiana dos Crioulos. Através de sua participação em debates e eventos sobre a temática de gênero, começam a ter conhecimento desses direitos específicos e reivindicam, ainda que timidamente, o acesso a essas políticas voltadas à comunidade, auxiliando e fortalecendo a identidade histórica dessas mulheres e do seu grupo étnico.

São nos espaços domésticos, políticos, do trabalho, nas manifestações culturais e religiosas, que as mulheres de Caiana constroem suas histórias; essas mulheres também (re) criam e transmitem seus saberes e conhecimentos aprendidos com seus ancestrais e as mesmas; agora lhes compete à transmissão do legado para as gerações futuras. Esses ensinamentos são incorporados ao cotidiano, seja no falar, na forma de fazer seus alimentos, no trabalho, nos espaços de lazer, nas brincadeiras, enfim, na vida social de todos os membros da Comunidade de Caiana dos Crioulos.

3.3 - Gênero em Caiana dos Crioulos

O dia começa logo cedo em Caiana dos Crioulos, com o cheiro de café no ar e a presença marcante da mulher que começa cedo a organizar o seu dia, dividida entre os trabalhos domésticos, o encaminhamento dos filhos para a escola e o trabalho na agricultura. A movimentação pelas estradas de barro, (figuras 12e13) construídas pelos próprios moradores, também começa cedo. Os homens indo buscar água, as crianças indo para a escola, as mulheres e homens indo para o trabalho na agricultura.

(negro/branco), o modo censitário (preto/branco/pardo/amarelo/indígenas) e o múltiplo. Esse último, amplamente utilizado pela população, caracteriza-se por um contínuo de gradações expressas em uma nomenclatura variada, incluindo mulatos, morenos, escuros, claros etc.



Fig.12 e 13: Cotidiano das mulheres de Caiana dos Crioulos
 Autor: Jussara Santana - Maio de 2010

Toda a organização da casa e a educação dos filhos são tarefas que as mulheres desenvolvem constantemente na comunidade. Principalmente aquelas que têm os esposos residindo fora de casa e que só retornam quinzenalmente, mensalmente ou, uma vez por ano à comunidade, no mês de dezembro. A família consanguínea, sobretudo os parentes mais próximos, ajudam na educação dos (as) seus (suas) netos (as). Os laços de parentescos são mais estreitos, auxiliando na formação dos membros mais novos da comunidade. [...] Tudo aqui é parente, todos nós somos da mesma família, todo mundo se conhece, são tudo parente, é difícil algum não ser parente de ninguém. (Declaração verbal, João da Silva, em outubro de 2010).

Durante as atividades de campo, tive a permissão de entrar em suas casas e conhecer o interior das mesmas. A maior parte delas possui três cômodos: sala, dois quartos e a cozinha. Os banheiros são construídos na parte de fora da casa. Isso é comum na comunidade. A minha atenção se voltou pela quantidade de quadros de santos ornamentando a parede da sala (figura 14), conforme já destacara Moreira (2009) em sua dissertação de mestrado. Algumas dessas imagens são ornadas com fitas coloridas envolvendo os quadros. Registramos também outro objeto comum, um pote de barro (figura 15), com desenhos feitos no próprio artefato de argila. Os moradores relataram ser um costume antigo na comunidade. Durante as entrevistas constatei que essas possuíam um pote de barro na sala para atender as visitas.



Fig. 14: Os quadros de santos da Igreja Católica

Fig. 15: O pote de barro ao lado do filtro

Autoria: Jussara Santana - outubro de 2010

O núcleo familiar ²⁵é muito importante para todos, considerado um aspecto característico dentre os territórios de remanescentes de quilombos, os casamentos são realizados com laços de parentesco²⁶. Em Caiana dos Crioulos foi verificado que esses casamentos são entre os primos, constituindo um fator importante dentro da comunidade pesquisada.

Ao entrevistarmos moradores da comunidade sobre o casamento entre parentes, muitos dos entrevistados reafirmam ser algo comum para os caianenses, porém não confirmaram ser uma questão apenas das terras ficarem em família, mas alguns relatos confirmam essa hipótese, como também assegurar os costumes e a cultura entre seus membros. Constando um alto índice de casamentos entre parentes.

O acesso à lista de beneficiados com o Programa do Governo Federal, o Fome Zero, veio confirmar a nossa expectativa sobre a necessidade dos moradores serem assistidos pelo referido programa, como também a frequência de alguns sobrenomes.

No tocante aos sobrenomes, os mais comuns entre os membros da comunidade, destacam-se: “Nascimento” e “Silva”.

De acordo com a lista de beneficiados, que mencionamos, o último cadastro realizado no primeiro semestre de 2011 pela equipe técnica do INCRA/PB, sob a coordenação da antropóloga Maria Ester Fortes, também se confirma a presença relevante desses sobrenomes acima citados, sendo expressivos nas famílias dos caianenses. Gusmão

²⁵ Faz menção a composição dos integrantes da família, (pai, mãe e filhos).

²⁶ Cf. Gusmão (1990), Moreira (2009) e Lima (2010).

(1990, p. 41) ao estudar a comunidade de Campinho, no interior do Estado Paulista, diz que “os casamentos de parentes entre si, têm na posse da terra e no trabalho da família as garantias seculares da existência do grupo”.

Podemos considerar que o casamento parental, funciona como mecanismo ou estratégia muito peculiar nas comunidades negras rurais no Brasil. Nessa perspectiva, para a comunidade de Caiana dos Crioulos, a terra assume alguns significados tanto para as mulheres, quanto para os homens como moradia, reprodução, sentimento de pertencimento ao lugar.

De acordo com as entrevistas e os relatos dos depoentes, no que diz respeito a sua natalidade, onde nasceram (tabela 3), esses responderam que nasceram em casa, na própria comunidade, com as parteiras. A senhora Edite é a parteira mais conhecida. Hoje, na comunidade, os nascimentos são realizados na maternidade da cidade, mas o trabalho das parteiras ainda é bastante reconhecido por todos da comunidade.

Tabela 3 – Nataluralidade

	Nº Absoluto	(%)
Caiana dos Crioulos	11	73,3
Caiana do Agreste	3	20
Alagoa Grande	1	6,7
Total	15	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora – outubro de 2010

De acordo com os depoentes mais velhos, em especial do entrevistado José Guilherme, o mais idoso de Caiana dos Crioulos, todos nasceram em Caiana: “[...] eu tenho noventa e dois anos, eu nasci aqui”. [...] Todo mundo, nasceu em Caiana, os mais velho, meus avós, meus pais, meus filhos, tudo nasceu aqui, naquele tempo nós não tinha hospitais, tudo era feito com a parteira.

Caiana dos Crioulos é considerada, por seus moradores, como lugar de negros, que através da luta por sua terra buscam garantir a reprodução material e social dos seus moradores, pois a terra, base material, e seus simbolismos se fundem e reafirmam a existência do grupo. A ameaça de não reaverem as terras do sítio Sapé, torna-se ameaça sobre si mesmo, mas representa também uma forte característica das demais terras étnicas do país.

Sendo assim, as comunidades quilombolas sentem-se inseguras no tocante à sua reprodução material e imaterial, pois a terra/território está estritamente relacionada à sua identidade étnica e ao sentimento de pertencimento ao lugar.

Os espaços ora ocupados pelas mulheres de Caiana dos Crioulos são diversos. Elas são responsáveis pelos trabalhos domésticos, mas também assumem as atividades nos roçados e na roça; são assíduas nas reuniões da associação e desenvolvem um papel muito importante na disseminação da cultura no interior da comunidade e nos espaços externos a ela. Encontramos algumas exceções, por estarem essas mulheres em idade já avançada e por esse motivo não trabalham mais no roçado. As mesmas atualmente têm as atribuições nos serviços domésticos das suas casas (tabela 4).

Tabela 4 - Participação da mulher roçado/roça

	N Absoluto	(%)
Nenhuma	3	20
Pequena	3	20
Média	3	20
Grande	6	40
Total	15	100,00

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora– outubro de 2010

Conforme a pesquisa realizada por Cavalcanti (1975), ao estudar a comunidade quilombola do Talhado, no município de Santa Luzia, no estado da Paraíba, o trabalho na agricultura é basicamente familiar, faz parte do núcleo doméstico (pai, mãe e filhos), sendo que no Talhado ocorre uma divisão do trabalho, baseada nos critérios biológicos: por sexo, idade e de aprendizagem das tarefas a serem desempenhadas.

Na comunidade do Talhado, as mulheres e os filhos também participam das atividades de produção de subsistência. Nesta comunidade, a mulher assume as “tarefas”. Elas participam, em especial, na fabricação da cerâmica, nos trabalhos domésticos e educação dos filhos. No quilombo do Talhado, os papéis desenvolvidos entre os sexos obedecem a uma dinâmica interna, de acordo com a estrutura organizacional do grupo.

Em Caiana dos Crioulos, a mulher e os filhos maiores participam na produção de subsistência também, tudo que se produz na comunidade é para alimentação básica do grupo. De acordo com o relato da senhora Noemi Ursulina, ao se referir sobre seu trabalho

na agricultura diz [...] “as mulheres tudo trabaia na terra, eu, meus fios, meus netos, a família toda, a terra é pouca nega, o que nois pranta é pra nois comer, dá aos fios, prus vizinhos e pra família e pra quem tiver se nois tivesse a terra da gente, nois prantava mais, e ia ter fartura aqui”.

A participação das mulheres na comunidade é significativa, principalmente na agricultura, sendo utilizada como fonte para suprir suas necessidades básicas da alimentação (figura 16). Para a comunidade, a terra é o principal meio de fonte de alimento e de vínculo de identificação. A atividade da pecuária é realizada mais com as mulheres, pois é comum a criação de pequenos animais como: aves, porcos e cabras, (figura 17). Esses animais são acomodados nas proximidades das casas, tornando mais fácil o manuseio entre a criação, a roça e as tarefas domésticas. Dessa forma, as mulheres conseguem administrar a diversidade de atribuições que lhes são designadas na organização social da comunidade de Caiana.



Fig. 16: Colhendo feijão

Fig. 17: Abrigo para as aves, ao lado da casa.

Autora: Jussara Santana - Maio de 2011

Nessa mesma perspectiva, no tocante à diversidade da participação feminina no âmbito familiar, Brumer (2008, p. 2), ao abordar a importância do trabalho feminino, afirma que:

[...] o trabalho feminino na agricultura não reside, entretanto, somente no emprego de sua mão-de-obra nas atividades ditas produtivas (colheita, plantio, processamento), mas também nas atividades reprodutivas, sem as quais seria inviável a oportunidade da produção do tipo familiar (alimentação, limpeza, cuidado da horta, cuidado dos filhos e educação destes).

Em Caiana dos Crioulos, a participação dessas mulheres se faz presente também na luta pela terra, na conquista dos seus direitos no interior de suas famílias e, sobretudo, no reconhecimento da sociedade enquanto trabalhadoras rurais e mulheres, que necessitam de políticas específicas para sua inserção e permanência no campo.

Cada vez mais as mulheres estão inseridas no mercado de trabalho, seja em localidades rurais ou urbanas, constituindo grande massa de trabalhadoras no país. Desenvolvem suas atividades em segmentos diversos da economia, seja no campo, na indústria, nos serviços, gradativamente ocupando outros espaços. De acordo com os dados do IBGE, mostram que:

No Brasil, elas [as mulheres] representam 50% da população, constituem 49,8% do eleitorado, totalizam 40% da população economicamente ativa e recebem, em média, 60% dos rendimentos alcançados pelos homens. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, OIT, se continuar com o mesmo ritmo chegarão à igualdade de condições com os homens daqui a 470 anos. (BRASIL, 2006, p. 6).

Na comunidade de Caiana dos Crioulos, as mulheres que são viúvas, são praticamente as únicas responsáveis pelo sustento da família. Mesmo com a ajuda dos parentes, é ela a maior responsável por todos os membros da família, chegando a ter uma dupla jornada de trabalho, pois são as responsáveis diretas em prover o sustento da família. Para os caianenses, há ajuda mútua entre o grupo. A partir do relato de Maria José da Silva, podemos destacar como essa vivência está estritamente relacionada com o cotidiano dos seus moradores.

A mia fia, aqui é assim, quando um não tem , agente se junta e reparte com a pessoa, todo mundo ajuda um ao outro, agente não passa fome não, aqui é assim (Declaração verbal, Maria José da Silva, maio de 2011).

Em Caiana dos Crioulos, a ajuda mútua funciona como um código de conduta que, somado aos valores constitutivos da estrutura social da comunidade, estabelece a relação de sociabilidade inter-grupal. Isso também é perceptível com aqueles que não fazem parte do grupo, em que o fio condutor dessa relação com os de “fora” se desenvolve a princípio com as mulheres, pois estas participam mais ativamente da vida social do grupo, em conformidade com os mais idosos. Estes também participam da vida social da comunidade, principalmente, através dos ensinamentos às gerações mais jovens, a partir do que aprenderam na sua infância, utilizando a oralidade para repassar seus ensinamentos.

De acordo com os relatos e as observações no campo, leva-nos a concordar com Le Goff (1994) quando afirma que “através da oralidade dos mais idosos, perpetua-se as tradições e costumes da coletividade”. Para o grupo, a preservação da cultura possibilita a interação desses com o território, garantindo a manutenção da sua história e da vida da comunidade, sendo verificada na própria valorização do indivíduo e ao do grupo, no qual ele pertence.

Conforme os relatos, as festas que ocorrem na comunidade seguem um calendário e todas estão relacionadas com a religiosidade. As festas são nos seguintes meses: No mês de maio (o mês mariano), todos os dias são celebradas missas em favor de Nossa Senhora, a mãe de Jesus; no mês de junho (São João e São Pedro) e em dezembro (a novena para Santa Luzia, a padroeira da comunidade).

Foi observado que essas comemorações são praticamente festividades religiosas, pois segundo dados levantados na pesquisa, a comunidade declara-se pertencente à religião católica, mas também de acordo com os informantes, também são realizadas algumas liturgias da religião de matriz africana, no interior da comunidade, porém essas são pouco mencionadas, são mantidas em segredo por seus moradores. Segundo informação da presidente da associação de moradores, “os que seguem a religião de candomblé temem a discriminação dos demais integrantes do grupo, por isso eles não se revelam, mas existe sim”.

As atividades culturais da comunidade, porém, são praticamente norteadas pela a liturgia da religião católica, e as mulheres que mais se envolvem nessas atividades e levam consigo as adolescentes, as jovens e as crianças, que sempre aos domingos participam das aulas de crisma realizadas na capela de Santa Luzia, (Figura 18), construída na comunidade pelos moradores.



Fig. 18: Fachada principal da Capela de Santa Luzia
 Autoria: Jussara Santana - Outubro de 2010

Durante a atividade de campo, tive a oportunidade de participar das celebrações do mês mariano²⁷, em que pudemos fazer alguns registros e verificar quanto dos costumes ainda se fazem presentes na vida de todos, buscando a reafirmação da sua identidade através dessas manifestações religiosas, mas também cultural.

Ao entrarem no átrio da igreja, as mulheres depositam flores, (figura 19), ou ramos das plantas das suas casas, perto do confessionário.



Fig.19: Preparação do altar
 Autoria: Diego Silvestre - Maio de 2011

²⁷ Este faz parte do calendário católico da comunidade, é realizado na capela de Santa Luzia, mas também na casa de uma das moradoras. Eles afirmam que é para aqueles que não podem andar muito e também mantém a tradição, pois quando não tinha capela na comunidade, essa festa religiosa era feita nas casas das moradoras.

Ao iniciar a programação, são entoados vários cânticos e leituras em homenagem a Maria²⁸, todos cantam. São realizadas algumas ladainhas e rezas, sendo intercaladas por leituras realizadas pelas jovens. São feitas um total de dez leituras e várias são as músicas entoadas; depois rezam o terço e o Pai nosso. No cântico final as crianças são convidadas a beijar a Santa Maria e posteriormente, os adultos. Ao final, realizam a queima de fogos no pátio da igreja (figura 20).



Fig. 20: Queima de fogos ao final da celebração
Autoria: Diego Silvestre - Maio de 2011

Mediante os relatos das mulheres, no último dia do mês, no término da novena, é construída uma fogueira no pátio da igreja, para queimar as flores, que são trazidas durante todo o mês, mas algumas dessas flores são recolhidas e levadas para casa. As mulheres mais velhas dizem que o chá e os remédios confeccionados com essas plantas foram benéficos pela virgem, tendo poder de cura. Esse conhecimento também é repassado para os mais novos, construindo marcas da identidade dos caianenses.

Durante o contato e nas conversas informais obtidas durante os trabalhos de campo, percebi que existe um receio em se perder os costumes, a tradição, essas mediadas pelas práticas culturais que envolvem o grupo. A maior preocupação é dos mais velhos, esses se sentem mais responsáveis em passar todo seu conhecimento para as novas gerações. São situações registradas que estão relatadas nas falas a seguir:

Apreendi com minha mãe, ela também era cirandeira, e aprendeu com
minha mãe e ela passou pra eu, agora minha filha Elza também dança

²⁸ Um livro específico da religião católica, contendo ladainhas, são orações em série, formadas por invocações pequenas, uma pessoa faz a leitura e a congregação responde de forma repetitiva. Essas falas que enaltecem e homenageia a Santa, toda a cerimônia é realizada com essas invocações.

o coco e a ciranda, e a minha neta também dança, vai passando de mãe pra fia, é assim mermo nega! (Declaração verbal, Noemi Ursulina Nascimento, outubro de 2010).

Gosto muito das festas, a novena, o coco de roda, a ciranda, os casamentos e os batizados. Quando era moço tocava pífano, meu pai tocava também na banda. Quando era criança, meu pai queria me levar para tocar nas festas longe da Caiana, mas a minha mãe não deixava, tinha medo que meu pai me perdesse.

Temo que daqui algum tempo, a banda não vá mais existir, os mais novos não querem aprender, creio que vai acabar... (Declaração verbal, Manoel Quirino da Silva, outubro de 2010).

Percebe-se que o grupo teme pelo fim da banda e de outras práticas culturais da comunidade e, principalmente, com a banda de pífano, pois só os homens podem tocar. A comunidade quilombola de Caiana dos Crioulos, no decorrer de aproximadamente 60 anos, vem sofrendo com a falta de integrante na banda, e, muitas vezes aqueles que permanecem na comunidade acalentam o sonho de também irem embora de Caiana. Daí a forte preocupação quanto à extinção da banda para os que moram na comunidade, já que cabe às mulheres o papel de dançar, as danças de coco e da ciranda, enquanto os homens fazem parte da banda. Isso é uma tradição da comunidade, tudo foi aprendido com seus pais, os quais aprenderam com os pais deles, e é assim que se processam os ensinamentos que permeiam o saber desse grupo étnico.

O vínculo dos moradores com a terra não se restringe apenas ao solo. As concepções materiais do território, das realidades visíveis, como provedor das necessidades físicas do homem, mas do espaço vivido, este no campo do invisível, voltado à afetividade, das lembranças, da memória. O território tem um papel muito importante para esses atores, pois esses indivíduos ou grupos ocupam determinados pontos desse espaço, reforçando em cada membro do grupo uma “dimensão simbólica,” em relação ao território, que nos leva a concordar com Godelier 1984 (apud, Haesbaert, 2004, p. 115).

“as formas de propriedade de um território são ao mesmo tempo uma relação com a natureza e uma relação entre os homens”, nesse sendo esta última “dupla: uma relação entre as sociedades e ao mesmo tempo uma relação no interior de cada sociedade entre indivíduos e os grupos que a compõem”.

É perceptível através de discursos que revelam aspectos de sua corporeidade, (figura 21) rompendo as barreiras geográficas e das fronteiras étnicas, já marcadas por seu corpo, que a mulher quilombola de Caiana dos Crioulos vem mostrando sua luta contra a discriminação e sua participação efetiva nos espaços da vida social.



Fig. 21: Preparação do grupo de cirandeiras, Dia Nacional da Mulher em João Pessoa
Autoria: Jussara Santana - Março de 2011

As mulheres sejam estes, no interior da sua comunidade, ou nos espaços sociais inter-raciais, (figura 22), se mostram fortes e dispostas a enfrentar as adversidades com honestidade, comprometimento com sua luta por igualdade de gênero, de participação política e de serem ouvidas nas lutas em favor do seu grupo e dos membros da sua comunidade.



Fig. 22: Apresentação da ciranda: Fundação Espaço Cultura da Paraíba/FUNESC
Autoria: Jussara Santana - Março de 2011

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo grupo, no que diz respeito à conquista por seu território, a comunidade se mantém viva na construção de sua identidade étnica, sejam essas através das suas festas, nas danças de coco e da ciranda, na forma de preparar seus alimentos, de manter os roçados no quintal das suas casas, no vestuário, na sua

religiosidade, na forma de pentear os cabelos (prendendo com um lenço e no trançar dos cabelos), sendo incorporada na identidade das mais jovens da comunidade, constituindo traços culturais do grupo étnico de Caiana dos Crioulos que, ao transitar em outros espaços, assimilam e reproduzem outras formas de representar sua etnicidade.

Geertz, (1989, p. 20) ao discutir os caminhos adotados na análise etnográfica para entender e interpretar a cultura de um grupo ou de uma sociedade, diz que [...] a cultura, esse documento de atuação é, portanto, pública, como uma piscadela burlesca ou uma incursão fracassada aos carneiros. Para o autor, “a cultura é parte integrante do comportamento humano, é visto como ação simbólica”. Essas apresentadas e interpretadas a partir da observação do pesquisador, cabendo a esse fazer a leitura que mais se aproxime da realidade do grupo pesquisado.

A cultura é, portanto, em Caiana dos Crioulos, como é em outros lugares, oriunda das relações sociais existentes no interior do grupo relações essas traduzidas no cenário de sua casa, no roçado, ou mesmo em espaços coletivos, apresentados de forma diversa, mas comum entre os membros da comunidade, visto que os seus moradores apresentam uma relação parental intensa, quase sempre mediada por uma estabilidade e pela necessidade de apoio mútuo.

É nesse cenário que as mulheres da comunidade desenvolvem um importante papel, mediado pela memória e, principalmente pela busca da preservação da cultura exercida com vigor entre os caianese em seu cotidiano.

Munanga, (2009, p. 84), ao abordar a questão da cultura afirma:

Herança coletiva de uma sociedade, a cultura é o conjunto de objetos materiais que permitem ao grupo assegurar a sua vida cotidiana, de instituições que coordenem as atividades dos membros do grupo, de representações coletivas que constituem uma concepção do mundo, uma moral, uma arte. E esse conjunto é transmitido de geração a geração para cada membro da sociedade, através do processo educativo.

Ao destacar o papel da mulher como figura importante na disseminação e manutenção da cultura, não quer dizer que os homens da comunidade também não participem dessa construção, porém, essa participação difere em intensidade e regularidade, pois, devido aos processos migratórios em que estão inseridos em busca de trabalho, longe da comunidade, sua participação não está relacionada às questões atribuídas socialmente às mulheres em Caiana. Citamos como exemplo, os esforços em

prol da organização política da associação comunitária, a busca de políticas públicas que reduzam os índices de exclusão social da comunidade dentre outros.

Lefebvre (1991, p. 82) assinala que o peso assumido pela mulher na cotidianidade revela-se por vezes como estratégia. Para ele, “pesa sobre a mulher o fardo da cotidianidade”. É provável que tirem vantagem disso. Sua tática: inverter a situação. Nem por isso deixa de aguentar a “carga”. Destacamos nossa concordância com o autor e frisamos, na perspectiva de interpretar esse aspecto da vida social da comunidade caianense, que a aceitação do papel dos homens adultos, migrantes, responsáveis por prover a família no acesso a alguns bens contribui para a própria consolidação do mesmo enquanto grupo. A saída desses homens, em determinados períodos, é vista para o grupo como necessária para manter a sobrevivência das suas famílias, em decorrência da falta de terras para desenvolver as atividades na agricultura.

Ao participar das comemorações ao dia das mães e o aniversário da Associação, tive a oportunidade de observar a relação entre as gerações das cirandeiras, (figura 23), em que, registramos que as trocas de conhecimentos, são materializadas e reproduzidas em suas danças e cantorias, valores esses, compartilhado por todos do grupo.



Fig. 23: Apresentação das cirandeiras em Caiana dos Crioulos
 Autoria: Jussara Santana - maio de 2011

Também os homens participam na banda. Esse momento das danças dentro do território de Caiana dos Crioulos é festejado por todos os membros associados.

Percebemos, nos convívios e contatos, que a cultura, estabelece a unidade do grupo, pois suas práticas são efetuadas costumeiramente e contribuem para a reafirmação de seus simbolismos e mitos; repletos de significados para a comunidade. Ao conversarmos sobre sua participação no grupo das cirandeiras, a senhora Josefa Valdevina Augusta, faz o

seguinte relato: "Ah! Mia fia, eu já dancei muita ciranda, quando era moça, agora to veia, sabe! Num tem força mais pernas, mais era tão bom, era bom mermo!"

Para os caianenses, as danças, as festas de casamento e batizado, as novenas, o trabalho no roçado, as cantorias fazem parte da sua história, e contribuem para a coesão e união dos membros da comunidade. Eles acreditam que o fortalecimento e a preservação da cultura vivenciada pelos seus moradores também representam uma das múltiplas formas de resistência, expressadas na luta pela sobrevivência na terra que pertenceram aos seus ancestrais.

Os registros de campo permitem afirmar que, os aprendizados passados de uma geração para outra se concretizam desde a meninice, pois a mulher adulta caianense é instituída a ser responsável pelo grupo na transmissão oral de ensinamentos. Elas têm a tarefa de ensinar às mais jovens, todos os valores inerentes ao sentir e ser quilombola de Caiana dos Crioulos. Desde os cuidados com a indumentária e os cabelos, até a sua inserção como mulher na vida social da comunidade.

Alguns homens também desempenham atividades no interior do núcleo do grupo familiar e social, mas essas se fazem de forma pontual, pois, a presença dos homens adultos é menor na vida cotidiana do grupo, visto que, na comunidade, os homens mais velhos e os jovens são os que estão presentes e participam no trabalho do roçado, nas atividades das liturgias da religião católica.

È nesses espaços individuais (casa e quintal) e espaços coletivos (casa e associação, escola e a igreja) que as mulheres têm oportunidade em utilizar dessa memória um papel de destaque em detrimento ao dos homens da comunidade. Esses são papéis estabelecidos na estrutura organizacional do grupo.

De acordo com Bosi (1987, p. 340), ao estudar as lembranças de famílias, como os indivíduos através das lembranças guardam imagens, situações e ocasiões que em determinado momento vão ser evocados pelo indivíduo e pelo grupo. [...] Para a autora, a memória grupal é feita de memórias individuais. "Conhecemos a tendência da mente de remodelar toda a experiência em categorias nítidas, cheias de sentido e úteis para o presente".

Ao conversamos com alguns moradores, com respeito à vida em Caiana dos Crioulos, suas falas se reportavam as lembranças, contidas na memória. Percebemos que a comunidade procura vivenciar todos os costumes e as tradições ensinadas no passado, mas que no transcorrer do tempo, são incorporadas ao presente. Onde são construídas como lugares de memória, compartilhadas individualmente e coletivamente.

A formação da memória coletiva se processa a partir do indivíduo, pois sua experiência reside no campo do individualismo, mas que é compartilhada e ressignificada e, mesmo sendo individual, estão associados a momentos que remontam lugares, fatos que ocorreram no passado e são trazidos para o presente; são situações vividas em algum momento, mas que podem sobressair para nós.

Mas as demais lembranças são partes da memória de outros indivíduos também. De acordo com Chauí (2007, p. 32. *apud* AUGUSTINO s/d).

Chego aos campos e vastos palácios da memória, onde estão os tesouros de inúmeras imagens trazidas por percepções de toda espécie... Ali repousa tudo o que a ela foi entregue, que o esquecimento ainda não absorveu nem sepulta... Aí estão presentes o céu, a terra e o mar, com todos os pormenores que neles pude perceber pelos sentidos, exceto os que esqueci. É lá que me encontro a mim mesmo e recordo das ações que fiz, e o seu tempo, lugar, e até os sentimentos que me dominavam ao praticá-las. É lá que estão também todos os conhecimentos que recordo, aprendidos pela experiência própria ou pela crença no testemunho de outrem.

Durante os trabalhos de campo, vimos que, em todas as casas onde realizamos as pesquisas, possuíam um pote de barro com uma caneca de alumínio na parte superior do artefato, ou ao seu lado. Ao retornar à casa da senhora Maria do Nascimento, perguntamos se isso era hábito dos moradores. Então, a senhora Maria respondeu: [...] “Que era comum esse pote de barro em todas as casas, a mãe dela tinha um também, faz parte do costume das pessoas daqui”. Então perguntei se ela ainda mantinha essa “tradição”. Ela responde que sim, mas pôs o pote na outra sala, disse que fica melhor na organização da casa.

Foi observado, durante os trabalhos de campo e reafirmado durante a intensificação das conversas mantidas com os membros da comunidade, que ao serem interrogados sobre como aprenderam as danças, as músicas, a trabalhar com a terra, a utilização de algumas ervas como remédio e outros saberes pertencentes ao grupo, a resposta foi unânime. “Tudo que seio, foi meus pais e avós que ensinou”. Os conhecimentos adquiridos dos moradores possuem, conforme os relatos dos pesquisados, a mesma origem, consiste num saber local, realizado pela oralidade e pelo uso da linguagem como recurso para ensinar aos demais membros de Caiana dos Crioulos.

Em Caiana dos Crioulos, seus membros consideram importante manter suas “tradições” e “costumes”. Esses termos são muito utilizados por alguns dos moradores ao se referirem às práticas culturais realizadas e mantidas na comunidade.

De acordo com os trabalhos de campo realizados com o grupo, tive a oportunidade de conversar com algumas integrantes da ciranda. Ao conversar com uma delas, a mesma relatou:

[...] eu gosto de dançar! Na ciranda e o coco, danço, há muito tempo! Danço, desde moícinha. [...] Danço eu, minha filha e minha neta.

É bom pra gente, o povo fica conhecendo agente! Agente viaja dança em muito canto. Já dançamos em Guarabira, em João Pessoa, aqui em Alagoa Grande. (Declaração verbal, Noemi Ursulina Nascimento, outubro de 2010).

Para as mulheres de Caiana dos Crioulos, ser integrante do grupo de cirandeiras é motivo de orgulho, pois é a oportunidade que a comunidade tem para divulgar o grupo e demonstrar para aqueles que não pertencem ao mesmo grupo étnico que a cultura exercida por “Caiana dos Crioulos”, manifestada através de suas danças e cânticos, relata sobre a história dos seus membros, como realizam suas atividades no cotidiano, a sua identidade, a importância de se reconhecer enquanto indivíduo e a valoração de respeitar a si e ao outro.

Dentre as músicas entoadas pelo grupo de cirandeiras, destaco “Meu relógio de Parede”, que retrata a falta que o amor faz, pois os homens passam períodos distantes das famílias. A periodicidade depende do contrato de trabalho, vindo a ser de três a seis meses, ou mesmo um ano, longe dos familiares. Através das cantorias e das danças, as cirandeiras expressam seus sentimentos e desejos. A música diz assim:

“Meu relógio ta com o ponteiro acabado! vou dá corda no relógio, que tem amor tem sardade! Agora sim, agora sim, agora me alegrou, estava cantando só, chegou meu amor, chegou, chegou”.

(Memória musical, vol. 1)

A possibilidade de compreender e de interpretar, por menor que sejam algumas das características implícitas de como a cultura retrata e normatiza o comportamento e o discurso social do grupo, é dada pelos nossos informantes, pois, somos apenas expectadores, que buscam exercitar uma “descrição densa” que se aproxime da realidade dos atores, estando esses, disponíveis a oferecer e se fazer conhecidos pelos, ditos, de “fora”.

Ao analisar no contato em campo com determinados padrões de comportamento de um grupo, Geertz (1989, p. 30) afirma:

Não temos acesso direto a não ser marginalmente, ou muito especialmente, mas apenas àquela pequena parte dele que os nossos informantes nos podem levar a compreender.

Isso não é fatal como soa, pois, na verdade, nem todos os cretenses são mentirosos, e não é necessário conhecer tudo para poder entender uma coisa.

Para os caianenses, nós somos os ditos os de “fora”, a possibilidade de entrar em contato com esses, nos trouxe o privilégio e a responsabilidade de dialogarmos, assimilarmos e interpretar as relações internas na comunidade de Caiana dos Crioulos. Mediante essas observações buscou-se fazer algumas descrições do cotidiano da vida desse quilombo rural.

A comunidade de Caiana dos Crioulos é um quilombo rural, de base camponesa, a alimentação básica é produzida na comunidade, toda a família nuclear que reside na comunidade participa do processo da produção, que consiste da limpa do terreno, do plantio e da colheita.

Na comunidade, a participação da família é mantida nos moldes da tradição do grupo familiar. Por exemplo, a senhora Josefa Joana da Conceição, ao fazer a limpa no lote, localizado na fazenda do Sapé, (figura 24), planta a mandioca, gênero alimentício utilizado com frequência pelos caianenses. Assim acontece com outros grupos familiares de Caiana.



Fig. 24: Limpa do terreno. Atividade realizada com a participação de toda a família.

Autoria: Maria Ester Fortes - acervo do INCRA/PB. 2011

Em Caiana dos Crioulos, existe uma casa de farinha coletiva, que é utilizada por todos os moradores da comunidade. Atualmente a produção da farinha é basicamente para

o consumo das famílias, conforme os relatos dos moradores mais velhos, do qual obtivemos o seguinte relato:

[...] aqui na Caiana! Já foi um grande fazedor de farinha de mandioca! Agente fazia farinha pra toda essa região aqui moça! Agora num tem terra, agente só faz pra comer em casa mesmo. (Declaração Verbal, Manoel Firmino da Silva, maio de 2011).

A casa de farinha está localizada próxima à sede da Associação dos Moradores. Toda a produção é feita de forma artesanal, (figura 25). Segundo os relatos dos moradores, eles utilizam na produção da farinha madeira ‘morta’²⁹, são as madeiras que estão podres ou com bicho.



Fig. 25: Visão panorâmica da casa da farinha
 Autoria: Maria Ester Fortes - acervo do INCRA/PB. 2011

A comunidade tem conhecimento adquirido com seus antepassados que é necessário preservar a natureza que compõe todo o arranjo paisagístico do território dos caianenses. A madeira restante é guardada ou utilizada para cozinhar seus alimentos, pois muitos usam o fogão à lenha na comunidade.

Toda a fabricação de farinha é realizada pelas famílias. É notório perceber que existe uma divisão sexual e etária do trabalho: homens, mulheres e crianças desempenham atividades distintas. A preparação do forno, (figura 26), é destinada apenas para os homens

²⁹

Cf. Silvestre (2011 p. 77-78), *Uso e Vivências e Conservação do Meio Ambiente em Populações Tradicionais: Uma Análise da Comunidade de Caiana dos Crioulos- Alagoa Grande (PB)*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

da família; a limpeza da mandioca e lavagem são responsabilidades das mulheres e crianças; a trituração, apenas dos adultos de ambos os sexos.



Fig. 26: O forno sendo abastecido com lenha
Autoria: Maria Ester Fortes - acervo do INCRA/PB. 2011

Após a trituração do tubérculo, a massa é levada para escorrer e, posteriormente, é colocada num tacho, para passar pelo processo de secagem. Apenas os adultos realizam essa etapa (figuras 27 e 28). Na ocasião, era um homem quem estava responsável por mexer a massa no tacho. Essas são práticas ocorridas no cotidiano dos moradores de Caiana dos Crioulos.

Atualmente, há um rodízio entre as famílias da comunidade, pois essa atividade é considerada pelos moradores como um momento propício para que as famílias se reúnam para fazer a farinha, mas também é um espaço para juntos conversarem sobre assuntos comuns aos familiares, mas que são também pertinentes à comunidade.



Fig. 27: Escorrer a massa da mandioca

Fig. 28: A massa sendo assada no forno

Autoria: Maria Ester Fortes - acervo do INCRA/PB. 2011

Percebemos que as práticas adotadas no processo produtivo traduzem também manifestações da cultura da Comunidade de Caiana dos Crioulos, inscritas em seu território, e, sobretudo, na consciência dos seus moradores. Essa consciência não descarta a possibilidade de vivenciar, reelaborar e ressignificar práticas culturais externas a do seu grupo, mas procura assegurar a devida valorização da sua cultura, demarcar e garantir seu território etnicamente diferenciado, que não é inferior, nem tão pouco superior a outras culturas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido estudo apresentou considerações com respeito à situação das terras dos remanescentes de quilombos no estado da Paraíba, no entanto, seu recorte espacial foi a comunidade rural de remanescentes de quilombos de Caiana dos Crioulos, sobre a perspectiva do papel feminino e sua participação na preservação e manutenção da sua cultura (re) significada na luta por suas terras.

As questões relacionadas à apropriação e uso da terra são temas que nos remetem ao nosso passado. Passado este, marcado pelos processos de exclusão social, estabelecido desde os primórdios do processo histórico brasileiro. Nesse contexto, estavam excluídos do acesso à terra os africanos escravizados, os africanos livres, seus descendentes e os homens pobres.

Na contemporaneidade, o reflexo dessa exclusão se faz representada em movimentos que lutam pelo acesso e condições de permanência na terra. Dentre esses, destacamos os remanescentes de quilombos brasileiros.

Observamos que, em nosso país, esse segmento social ganhou maior visibilidade a partir do Decreto nº 4.487 de 2003 e, posteriormente, com a Instrução Normativa de Nº 49/2008, que estabelece alguns avanços no tocante às deliberações no que dizem respeito à certificação dessas comunidades, porém, o processo de demarcação demanda avanços, no sentido de garantir os direitos constitucionais desses grupos, pois é necessário que se faça cumprir seus direitos garantidos na constituição de 1988.

Percebemos que a comunidade enfrenta algumas dificuldades, tanto na infraestrutura, quanto na assistência médica, jurídica, educacional e social. A precariedade atinge desde a falta de transporte adequado, como de médicos que atendam regularmente à comunidade in loco. Para os caianenses, a situação piora nos períodos de chuvas, em que o acesso à comunidade fica mais difícil; sendo mais propícias as chances de acidentes, deixando os moradores praticamente isolados. Para os moradores, o poder público pouco ou quase nada tem feito para solucionar ou minimizar esses problemas na comunidade.

De acordo com estudos realizados com respeito à temática dos remanescentes de quilombos no país, é notório que a precariedade que se encontram as comunidades quilombolas rurais se assemelham à que vimos em Caiana dos Crioulos.

Com ralação às questões de moradia, os moradores só possuem o chão da casa, sendo mínimas as condições da reprodução material de aproximadamente 120 famílias que residem na comunidade. A falta de terra para plantar tem ocasionando, com frequência, a migração dos homens adultos e de alguns jovens para os municípios vizinhos e, em especial, para a região sudeste, para a cidade do Rio de Janeiro.

Os caianenses temem que a morosidade do processo de certificação definitiva de suas terras e a migração intensa dos moradores seja um fator determinante na perda dos costumes e das tradições deixados pelos seus ancestrais. Para o grupo, sua identidade está intimamente vinculada à terra e ao pertencimento do lugar, onde é construída sua territorialidade, circunscrita no território.

Através da intensificação dos trabalhos de campo, foi possível observar que as mulheres caianenses desenvolvem um papel importante na estrutura social e cultural da comunidade e, subsequentemente, em seus membros, que estão norteados pela religiosidade e pelas práticas realizadas no cotidiano dos moradores, percebidas em sua maneira de falar, vestir, preparar os alimentos, cantar e no manejo com a terra. Tudo isso está intrínseco a sua identidade e ao pertencimento à Caiana dos Crioulos.

A ausência dos homens adultos permite que as mulheres participem ativamente da vida social da comunidade e reivindiquem políticas públicas que assegurem a reprodução material e imaterial de seus membros e políticas específicas para as mulheres, como capacitação para geração de renda, saúde, educação e demais ações que venham contribuir na vida das mulheres caianenses.

A participação da mulher é bastante intensa dentro do núcleo familiar; as mesmas recebem diversas atribuições dentro da comunidade, seja na execução das tarefas da casa, no trabalho com a agricultura e na educação de seus filhos. A ausência do cônjuge para dividir e auxiliar as responsabilidades familiares implica numa sobrecarga de atribuições por elas desempenhadas; nesse caso, as caianenses assumem o papel de chefe de família dentro da estrutura social do grupo.

É nesse contexto que a mulher busca sua inserção em outros espaços, espaços esses fora das atividades ditas “domésticas”, a exemplo de sua participação nas reuniões da associação, onde são discutidos assuntos pertinentes a todos os moradores da comunidade, em eventos fora da comunidade ou da sua inserção nos debates que contemplem temáticas relacionadas ao grupo.

Nos registros de assinatura no livro de Ata da associação constam, em sua grande maioria, as assinaturas das mulheres; algumas estão representando o esposo, mas também já se enxergam enquanto sujeitos sociais e pertencentes a esse grupo étnico.

São nos espaços fora da comunidade que os dois grupos de cirandeiras veem a possibilidade de representarem toda a comunidade, pois são nesses espaços que as mulheres divulgam a existência e a cultura de Caiana de Crioulos, através da sua corporeidade, músicas e das suas danças.

Conforme os relatos das depoentes e durante as conversas informais, as mulheres de Caiana dos Crioulos, dizem que muitas vezes já foram vítimas de preconceito e de discriminação no contato com a população de Alagoa Grande. Posso relatar que, em uma das minhas pesquisas de campo, o funcionário da prefeitura fez a seguinte indagação: “Você é de Caiana, não é?” Para alguns moradores da cidade, “toda negra ou negro só podem ser de lá, de Caiana”. O comportamento desse servidor público veio confirmar as falas das depoentes.

A discriminação e o preconceito estão presentes tanto na omissão do estado, quanto na sociedade, que busca esconder ou mascarar essa realidade. Porém, quando observarmos os dados que retratam os níveis de desigualdade social no Brasil, percebemos que essa é mais expressiva entre a população negra, se comparada à branca e à parda, vindo a comprometer a reprodução física, moral e social desse segmento populacional.

As mulheres de Caiana dos Crioulos também enfrentam o preconceito racial e social impostos pela sociedade, pois são triplamente discriminadas por sua classe social, nível de instrução e seu sexo. Vemos que as mulheres quilombolas e as mulheres negras pobres são mais afetadas com a discriminação em relação às mulheres negras que ocupam melhor condição social no país, onde podemos verificar que a discriminação racial segue uma hierarquização econômica, social e de gênero.

Nesse sentido, é perceptível através dos discursos que revelam aspectos de sua corporeidade, que a mulher quilombola busca romper as barreiras geográficas e as fronteiras étnicas, já marcadas por seu corpo.

A luta contra a discriminação e por seu espaço são expressas na reafirmação da sua identidade étnica, mediada pelos seus credos e mitos, representados em suas danças, músicas, festas e na maneira de ser e viver suas tradições e seus costumes. Essas mulheres ensinam que o mais importante não é como caímos, mas porque levantamos.

Em linhas gerais, percebemos que as mulheres de Caiana dos Crioulos, mesmo sofrendo dificuldades para prover o sustento da família, com a ausência do seu cônjuge e

com as impossibilidades de ter acesso à educação se mantêm íntegras em seus propósitos, na luta por dias melhores para a sua família e com a consciência que desenvolvem um papel muito importante na preservação da sua cultura e na unidade de seus membros através das atividades desempenhadas no seio da comunidade.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, G.M. **Em Busca do Poético no Sertão**: um estudo das representações. In: Almeida, G.M. de RATTIS, A.J.P. (orgs). Geografia: Leituras Culturais. Goiânia: Ed. Alternativa, 2003.

ALMEIDA, Maria Geralda. Diversidade Paisagística e Identidades Territoriais e Culturais – **Brasil sertanejo. Goiânia, UFG, 2008.**

ALVES, Naíara Ferraz Bandeira. **Irmãos de cor e fé**: Irmandades negras na Paraíba do século XIX, Dissertação de Mestrado em História. UFPB, João Pessoa, 2006.

ANJOS, R. S. A. dos. **A Utilização dos recursos da cartografia conduzida para a África desmistificada.** Revista Humanidades, Brasília, 1997.

_____. **Territórios de Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil** – Primeira Configuração Espacial. Brasília: Edição do Autor, 1999.

_____. **O espaço geográfico dos remanescentes de antigos quilombos no Brasil.** São Paulo: Terra Livre, n. 17, pp. 139-154, 2º semestre, 2001.

_____. **Quilombolas**: tradições e cultura de resistência. São Paulo: Aori Comunicação, 2006. (Pesq.).

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**: Antropologia e História do processo de formação quilombola. Bauru-SP, 2005.

_____, José Maurício. “Comunidades negras rurais”: entre a memória e o desejo. Suplemento Especial de Tempos e Presença, março/abril, 1998.

AZERÊDO, Sandra. **Teorizando sobre gênero e relações raciais**: In: Estudos feministas. CIE/ECO/UFRJ. n° especial-2 semestre/1994, pp. 203-216.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe (Org.). **Teorias da etnicidade seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BASTIDE, Roger. Manifestações do Preconceito De Cor. In: **Relações Raciais Entre Negros e Brancos Em São Paulo.** (Orgs). Roger Bastide, Florestan Fernandes- São Paulo: Editora Anhembi, 1955.

BENEDITO Mouzar. **Luiz Gama**: O libertador de escravos e sua mãe libertária, Luíza Mahin, 1 ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: **geografia cultural: um século**. (Orgs). Roberto Lobato Corrêa, Zeny Rosendahl. - Rio de Janeiro: EDURJ, 2002.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: Lembranças de Velhos, 2º Ed. São Paulo: T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BRASIL. Constituição (1988). 5ª ed. Brasília: Senado Federal, 2006. p.171.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. Disponível em: www.palmares.gov.br Acesso em julho de 2011.

BRASIL. INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Disponível em: www.incra.gov.br Acesso: em 20/07/2011.

BRASIL. LEI DE TERRAS. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm Acesso em maio de 2011.

BRASIL. Relatório de Identificação. Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande-PB. In: PAIVA, Ricardo de; SOUZA, Vânia R. Fialho de P. e (Pesquisadores). Projeto Mapeamento e Identificação das Áreas Remanescentes de quilombos. Convênio Fundação Cultural Palmares/ UFAL. Recife, junho de 1998.

BRUSCHINI, Cristina. **Estrutura Familiar e Trabalho na Grande São Paulo**. In: Cadernos de Pesquisa, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, vol. 72, pp. 39-57, fevereiro de 1990.

CARDOSO, Rute. **Teoria e prática do trabalho de campo**: alguns problemas. In: CARDOSO, Ruth C. L. (Org.). **A aventura antropológica**. Teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CALDWELL, Kia L. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. In: Estudos feministas. vol. 8.nº 2. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, 2000, pp. 91-108.

CHAYANOV, Alexander V. La organización de La unidad economia campesina. Buenos Aires: Nueva Vision, 1985.

CHAUÍ, Marilena. Um Convite a Filosofia. Ed. 13º, 2006.

CARNEIRO, Sueli. **Gênero, raça e ascensão social**. In: Estudos feministas: Dossiê mulheres negras. vol. 3.nº 2. Rio de Janeiro: IFCS/URRJ, 1995, pp. 544-552.

CAVALCANTE, Ygor Yuri de Luna. **Paratibe: herança quilombola e reorganização do espaço agrário**. 2007. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

CAVALCANTI, Josefa. S. B. Talhado, **Um estudo de organização social, política**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro, 1975.

CD de Caiana dos Crioulos: ciranda, coco de roda e outros cantos. **Memória Musical da Paraíba Vol. 1**.

CLAVAL, P. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.) **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CONVENÇÃO nº 169 DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO. Disponível em: www.oit.org.br/ Acesso em janeiro de 2011.

CUNHA, Manuela C. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**, São Paulo, Brasiliense: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

DECRETO Nº 6040. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007.../Decreto/D6040.htm Acesso em janeiro de 2011.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **Memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas**, João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2006.

FIABANI, Adelmir. Mato, Palhoça e Pilão. **O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes 1532-2004**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FRY, Peter. Politicamente correto. Num lugar, incorreto no outro? **Relações Raciais no Brasil, nos Estados Unidos, em Moçambique e no Zimbábue**. In: Estudos Afro-Asiáticos, v. 21 p.p. 167-177. Dez. 1991.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Fomação da Família Brasileira Sob o Rgime da Econômia Patriarcal, 13 ed. Livraria José Olympio editora, Rio de Janeiro, 1966.

GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba: 1850-1888**. João Pessoa: Ed. Universitária, 1979.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da Cultura. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de janeiro: editora Guanabara, 1989.

GIACOMINI, Sonia Maria. Beleza mulata e beleza negra. In: Estudos Feministas. CIEC/ECO/UFRJ, nº 2 especial, semestre /1994, pp. 217-227.

GOFFMAM, ERVING. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada; tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 3º Ed. Editora Zahar, Rio d Janeiro, 1980.

GOMES, P. C. de. A Dimensão Ontológica do Território no Debate da Cidadania: O Exemplo Canadense. In: Revista Território, 1, (2) 1997, pp. 44-62.

GOMES Flávio. S. Quilombos no Rio de Janeiro no século XIX. In: Liberdade Por um Fio: Histórias de Quilombos no Brasil, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GONZALES, Léila. O Papel da mulher negra na sociedade brasileira, In: Lugar da Mulher. Rio de Janeiro, Graal. 1982.

GUIMARÃES, Antônio. Como trabalhar com "raça" em sociologia. In: Educação e Pesquisa. São Paulo: v. 29, nº 01, p. 93-108, 2003.

GUSMÃO, Neusa. M. M. A Dimensão Política da Cultura Negra no Campo: Uma luta, muitas lutas. Dissertação, USP, 1990.

HAESBAERT, R. **O Mito da Dessertorialização**: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2004.

INSTRUÇÃO NORMATIVA, Nº 49/2008. Disponível em: www.expressodanoticia.com.br Acesso em outubro de 2010.

KAISER, Bernard. **O geógrafo e a pesquisa de campo**. In: Boletim Paulista de geografia/Seção São Paulo - Associação dos Geógrafos do Brasil, nº 84, julho 2006.

LACOSTE, Yves. **A pesquisa e o trabalho de campo**: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. Seleção de Textos-AGB, n.11, pp.1-23, 1985.

_____. **A geografia** – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra; tradução Maria Cecília França, Campinas, São Paulo, Papirus, 1988.

_____. **A pesquisa e o trabalho de campo**: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. In: Boletim Paulista de geografia/Seção São Paulo - Associação dos Geógrafos do Brasil, nº 84, julho 2006.

LEFEBVRE, Henri. A vida Cotidiana no Mundo Moderno. São Paulo: Ática, 1991.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: editora da UNICAMP, 1994.

LEI DE TERRAS. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm
Acesso em maio de 2011.

LEITE, Ilka B. Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. “Textos de Debates”. Florianópolis: NURER, nº 7, 2000.

LIMA, Elizaberth, C. A. L. **Os negros de Pedra ‘D água**: Um estudo de identidade étnica, História, pensamento e territorialidade numa comunidade Rural. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campina Grande- PB, 1992.

LIMA, Márcia. **Gênero, Raça e Ocupação no Brasil**: A Mulher Negra Na Base da Pirâmide Social. In: O Compromisso Das Empresas com A Promoção da Igualdade Racial, São Paulo, Instituto Ethos, 2006.

LIMA, Fernanda Barboza. **Aspectos Fonéticos, morfossintáticos e Léxicais do falar de Caiana dos Crioulos**. Dissertação de Mestrado em Letras – UFPB, João Pessoa, 2010.

MAESTRI, Filho M. A servidão Negra. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde: São Paulo: Hucitec, 1993.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Disponível em:
www.mec.gov.br Acesso em julho de 2011.

MOREIRA, Alecsandra, P. C. **A Luta pela Terra e a Construção do Território Remanescente de Quilombo de Caiana dos Crioulos**, Alagoa Grande-PB, Dissertação de Mestrado. Geografia. UFPB, João Pessoa, 2009.

MOREIRA, Alecsandra, P.C. **Território Quilombolas**: Cultura e resistência em Alagoa Grande- PB. Monografia de Graduação. João Pessoa: UFPB, 2006.

MOREIRA, E. & TARGINO, I. Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba. Editora Universitária/ UFPB. João Pessoa, 1997.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2009. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

NÓBREGA, Joselito, E. **Comunidade Talhado, Um grupo étnico de remanescente quilombola**: Uma identidade construída de fora? Dissertação de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Sociais, Campina Grande, 2007.

- NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco**: estudos de relações raciais. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.
- ROCHA, Solange. P. **Gente negra na Paraíba oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: UNESP, 2009.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.
- RATTS, A. J. P. A geografia entre as aldeias e os quilombos – Territórios etnicamente diferenciados In: ALMEIDA, M. G. de; RATTS, A. J.P. (Orgs). **Geografia: Leituras Culturais**. Goiânia: Ed. Alternativa, 2003.
- _____, Alex & RIOS, Flávia. Leila Gonzalez. Coleção Retratos do Brasil Negro. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- _____, Alex. **Traços Étnicos Espacialidade e Culturas Negras e Indígenas**, Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009.
- _____, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento/Alex Ratts, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.
- RATZEL, F. **Geografia do homem (antropogeografia)**. In: MORAES, Antônio Carlos Robert de (Org.). RATZEL. São Paulo: Ática, 1990.
- REIS, João J. Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. Caicó - RN. In: Revista de Humanidades, v.9 n. 24, set/out. 2008.
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (organizadores). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RELATÓRIO** de Desenvolvimento Humano: racismo, pobreza e violência. Brasília: PNUD, 2005.
- RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras: Uma Trajetória de Criatividade, Determinação e Organização. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16 (3): 424, setembro-dezembro, 2008, pp. 987-1004.
- RODRIGUES Nina. **Os Africanos no Brasil**. 6ed. São Paulo, Editora Nacional, Brasília, Ed. Universitária, 1982.
- RODRIGUES, Maria de Fátima F. **Tem Truká na aldeia**: Narrativa de um trabalho de campo na ilha de Assunção, Cabrobó-Pe. In: Revista Okara, vol. 02, 2007, pp. 101-117.
- RUGENDAS, Johann Moritz. Viagem Pitoresca Através do Brasil, 1802-1858. Tradução: Sérgio Milliet, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Gênero em debate, trajetória e perspectivas na história contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997.

SANTOS, Milton. **“Territórios, Territórios”, ensaio sobre ordenamento territorial**. Rio de Janeiro, Lamparina, 2007.

_____. “Ser Negro no Brasil Hoje”. Entrevista concedida a Folha de São, Mais, (São Paulo), 7/5/2000.

SCHAWARCZ, Lilian M. **Racismo no Brasil**, São Paulo, Publifolha, 2001.

_____, Lilian M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan. **Gênero: um conceito útil de análise histórica**. In: Educação e realidade. Porto Alegre, n. 16, 1990.

SCOTT, RUSSELL P. Ruralidade e Mulheres Responsáveis por Domicílios no Norte e no Nordeste. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 15(2): 425-436 maio-agosto/2007.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICA PARA MULHERES, “II Plano Nacional de Políticas par as mulheres- PNPM (Produto da II Conferência Nacional de Política para Mulheres). Brasília: SPM, 2008.

SERPA, Ângelo. **O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica**. In: Boletim Paulista de geografia/Seção São Paulo - Associação dos Geógrafos do Brasil, nº 84, julho 2006.

SILVA, Armando Corrêa. **Natureza do trabalho de campo em geografia humana e suas limitações**. In: Revista do Departamento de Geografia. São Paulo: USP, 1982.

SILVA, Petronilha, B. G. "Chegou à hora de darmos a luz a nós mesmas" - Situando-nos enquanto mulheres e negras. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=s0101-32621998000200002 Acesso em maio de 2011.

SILVESTRE, Diego Uso e Vivências e Conservação do Meio Ambiente em Populações Tradicionais: Uma Análise da Comunidade de Caiana dos Crioulos- Alagoa Grande (PB), monografia de Graduação, (Geografia) João Pessoa, UFPB, 2011.

SKIDMORE, T. E. Preto no Branco raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SOUZA, M. L. de. O território sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia Conceitos e Temas**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Notas sobre Epistemologia da Geografia**. Cadernos Geográficos. Publicação do Departamento de Geociências – CFH/ UFSC. Florianópolis, número 12, maio de 2005.

TUAN- Yi-Fu. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência, São Paulo: DIFEL, 1993.

PAIXÃO, Marcelo J. P. Desenvolvimento Econômico e as Relações Raciais no Brasil. In: O Compromisso Das Empresas com A Promoção da Igualdade Racial, São Paulo, Instituto Ethos, 2006.

_____. **Desenvolvimento humano e relações raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PIERSON, Donald. **Branços e Pretos na Bahia**: Estudos de contato Racial, São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1971.

WANDERLEY, Alba Cleide Calado. **Memórias sobre a constituição da Irmandade do Rosário de Pombal – PB**: como experiência em educação. Dissertação em Educação. UFPB, João Pessoa, 2004.

WALLACE, Michele. **Imagens negativas**: Para uma crítica cultural feminista negra. In: Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIE/ECO/UFRJ. vol. 2. nº 3 1994, pp. 65-92.

ZALUAR, Alba. **Teoria e prática do trabalho de campo**: alguns problemas. In: CARDOSO, Ruth C. L. (Org.). **A aventura antropológica**. Teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.